



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: SILVIA DA BANCADA FEMINISTA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28/09/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Bom dia, todas, todos e todes, na qualidade de membra da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 24ª audiência pública do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios On-line/auditório virtual.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, diariamente, desde o dia 14 de setembro de 2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Foram convidadas várias pessoas que a seguir vamos chamar para participação.

Esta audiência tem o objetivo de discutir os passos para a implementação de uma agenda climática na cidade de São Paulo, conforme requerimento 40/2021, de autoria desta Vereadora, aprovado na reunião ordinária em 1º de setembro de 2021, pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Antes de iniciar o chamado aos convidados, vou chamar a Natália Chaves, Covereadora pela Bancada Feminista, atuante, ativista da luta ambiental e ecossocialista.

Tem a palavra, Natália Chaves.

A SRA. NATÁLIA CHAVES – Obrigada, bom dia a todes, nosso mandato está muito feliz com a audiência de hoje. Após uma semana de várias mobilizações pelo clima, tanto pelo dia 20, que aprovamos como Dia Municipal de Luta Contra as Mudanças Climáticas, quanto pela Greve Global pelo Clima, que aconteceu no dia 24 de setembro em mais de 85 países, com o mote descoloniza sistema.

Seguindo essa linha e considerando o tema desta audiência de dialogarmos sobre a implementação dessa agência climática para São Paulo, um ponto importantíssimo para tratarmos nesta audiência - e espero que consigamos dialogar com o Poder Público os movimentos sobre isso - é a questão do racismo ambiental.

Na página 18, do Sumário Executivo do PlanClima, que com certeza será muito

mencionado hoje, é nossa base, temos o mapa de São Paulo de acordo com o índice de risco de estresse térmico. E as áreas mais vulneráveis são o Jardim Ângela, Brasilândia, Vila Guilherme, Sapopemba e São Mateus, todos no extremo das periferias de São Paulo.

Então já colocamos que esse é um dos focos do mandato, relacionar a questão ambiental com as outras vulnerabilidades, como o racismo, o machismo e a LGBTfobia. E gostaríamos de usar este espaço também para discutir os compromissos com a periferia e as comunidades negras, indígenas e outras comunidades tradicionais e marginalizadas da Cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Natalia Chaves. Passo a palavra para minha companheira e também Covereadora da Bancada Feminista, Dafne Sena.

A SRA. DAFNE SENA – Bom dia a todos, todas e todes, primeiro agradecer a todos os convidados que compareceram, a toda a sociedade que está acompanhando esta audiência que para nós é um dos pontos principais de discussão dos próximos anos na cidade de São Paulo. É uma discussão que, talvez, já chegue um pouco atrasada mesmo nos espaços da Câmara Municipal, mas que bom que está chegando.

Queríamos muito chamar esta audiência e abrir esse espaço, porque desde que houve a publicação do PlanClima, na cidade de São Paulo, um plano que adequa a Cidade aos acordos firmados pela ONU, o Acordo de Paris, vimos nos questionando algumas coisas. Por exemplo, como vamos implementar esse plano, na cidade de São Paulo, de uma forma integrada com todos os setores. Por exemplo, este ano há uma discussão muito em voga na Câmara Municipal, a discussão do urbanismo e uma reorganização da Cidade e como vamos conectar isso com as pautas climáticas e com todas as outras pautas ambientais.

Também, como vamos conectar a questão da mobilidade urbana, como vamos viabilizar isso financeiramente. Isso justifica a lista de convidados que fizemos, bastante ampla e diversificada porque precisamos entender e planejar como vamos implementar essa agenda climática.

Para além disso, também entendemos que os últimos relatórios divulgados relativos à crise ecológica que vivemos no planeta Terra, demonstram que esses acordos que estamos nos adequando agora em São Paulo já se demonstram insuficientes. Se fizermos tudo o que está no Acordo de Paris, ainda vamos sofrer muito com as mudanças climáticas e outras mudanças ambientais.

E o nosso mandato entende que São Paulo, a Cidade mais rica do país, que é vanguarda em tantos sentidos, também pode ser vanguarda em elaborar e pensar no próximo período um plano climático mais arrojado, que de fato proponha mudanças. Não que achamos que tudo vai mudar a partir de São Paulo, mas podemos fazer uma experiência aqui que reverbere para o resto do mundo.

Então este espaço também é para isso, para entendermos como vamos implementar multidisciplinarmente esse PlanClima e como cada setor pretende fazer isso, mas também como vamos enriquecer essa agenda no próximo período. E por isso também se justifica a presença dos convidados ligados aos movimentos, ligados à academia, para pensarmos esse outro lado. Já estamos implementando, queremos implementar, mas também queremos avançar, não podemos achar que isso é o suficiente.

Este espaço é muito importante para nós, agradeço de novo os convidados e boa audiência para todos nós. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Covereadora Dafne Sena.

Tem a palavra o Sr. Antonio Fernando Pinheiro Pedro, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas da Secretaria de Governo Municipal.

O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO – Bom dia a todos, cumprimento as Vereadoras e Vereadores, em especial, deixando um cumprimento ao Presidente da Comissão, Vereador Paulo Frange, que comigo e com vários outros Vereadores, eu apenas como consultor técnico, elaborou a proposta de política municipal de mudanças climáticas, em 2009, aprovada depois de um longo processo legislativo. E baseado no substitutivo foi

interposto pelo então Prefeito Gilberto Kassab.

Foi um período interessante, uma vez que no mesmo período coordenei a comissão que elaborou o projeto de lei de política nacional de mudanças climáticas, sob o comando do Relator do projeto de lei, Deputado Mendes Thame. Foi um período de construção de atos legais que hoje estão em vigor e que agora temos a oportunidade de cooperar no Município de São Paulo com um deles, que é justamente o marco municipal.

O processo de mudança do clima é um processo contínuo. Costumo dizer que a Terra passa por alterações do clima há 4 bilhões e 500 milhões de anos. A diferença é que nos últimos 300 anos, face à Revolução Industrial, o ser humano passou a, em escala elevada, retirar do subsolo uma série de minérios que foram ali depositados e que obviamente contribuem para uma alteração vertiginosa da qualidade atmosférica do planeta. Isto acelera determinados processos de alterações climáticas, de maneira que negam. Mas o fato é que, como seres humanos, nós temos de cuidar principalmente da resiliência, a possibilidade de mantê-los, como versa o Tratado Internacional de Mudanças Climáticas para manter condições alimentares para a população e manter as condições de segurança para as populações em todo o planeta, face aos eventos extremos que já estamos começando a sentir.

Posto isso, no Município de São Paulo, nós estamos desenvolvendo todo um trabalho de busca de resiliência. Uma das pontas desse trabalho é o Plano Climático da cidade de São Paulo, que levou 18 meses para ser confeccionado, demandou um esforço de debate de 200 técnicos e, nesses quase dois anos, foi um trabalho intenso de audiências públicas, com participação, que é muito importante.

Esse plano tem em média 60 objetivos, 43 tarefas, mais de 300 fases conceituais colocadas que envolvem praticamente todas as Secretarias da municipalidade. Para tanto, estamos desenvolvendo todo um sistema de governança dentro da Secretaria de Mudanças Climáticas, e isso deve ser decidido pela Secretaria de Governo nas próximas semanas, porque envolverá o apoio de uma fundação da Universidade de São Paulo, para criar um trabalho que seja público, que seja fácil, para que toda a população acompanhe o atingimento,

ou não, das metas dispostas no plano pelas Secretarias da Prefeitura.

Mas não é só isso, nós estamos indo além do que está estabelecido. O Prefeito Ricardo Nunes, ao nomear o primeiro Secretário de Mudanças Climáticas do Executivo paulista, também passou para a Secretaria uma série de novas atribuições, dentre elas: a de autoridade hídrica no Município de São Paulo.

Em função disso, um grupo intersecretarial vai tratar da emergência climática pela qual passamos, com problemas gravíssimos, porque teve perda de reservação de água na nossa bacia e na bacia do Córrego Antunes, de Piracicaba, o que pode fazer com que possamos atingir, no mês de novembro, 10% do nível de reservação para a cidade de São Paulo.

Então, é um momento grave que estamos acompanhando e somos comunicados diariamente sobre o sistema de abastecimento de água, que é estadual e que serve ao Município.

Por outro lado, também estamos desenvolvendo uma série de atividades de controle territorial para retomar estrategicamente as áreas de mananciais, que sofrem profundamente com a degradação perversa de demanda habitacionais, de problemas sociais, com a atividade especulativa imobiliária do crime organizado.

Em função disso, nesses pouco mais de cem dias de gestão dessa Secretaria, já realizamos quatro megaoperações de intervenção e derrubada de construções irregulares em áreas de mananciais e 12 atividades de fiscalização e intervenção de loteamentos clandestinos.

Essa atividade tem contado com o apoio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da nossa Guarda Civil Metropolitana e nos órgãos de fiscalização estaduais e municipais, que inclusive têm se manifestado bastante entusiasmados com essa alteração de governança que foi provocada pela atual gestão do Prefeito Ricardo Nunes.

Estabelecemos o Plano Preventivo Chuvas de Verão, que foi baixado pela Portaria 1.123, de agosto, pelo Prefeito Ricardo Nunes. E já estamos na fase de preparação, já

mandamos a Comissão de Crise para operar o sistema e estamos alinhando três centros de gerenciamento de emergência para a prevenção das chuvas de verão.

Já fizemos a construção de 140 jardins de chuva, poda, todo o trabalho de manutenção, limpeza e conservação das áreas de risco, todas mapeadas e monitoradas por satélite na cidade de São Paulo.

Vamos esperar que, nesse período de chuva, tenhamos a possibilidade de melhorar a resiliência da Cidade em face ao evento e que consigamos dar maior conforto para a nossa população.

Em face à questão da mudança da matriz energética da Cidade, é importante; e nós vamos necessitar de um apoio muito grande da nossa queridíssima Câmara Municipal de São Paulo, com esses operantes Vereadores, para que possam estabelecer critérios visando alterar a matriz energética estacionária na cidade de São Paulo.

Temos observado, acompanhado, recebido visitas e assistido a visitas de uma série de rotas tecnológicas visando conduzir energia limpa, a ser conectada na nossa rede de distribuição de energia, para que a Prefeitura de São Paulo possa passar a comprar a energia limpa da rede.

Isso é muito importante, é uma mudança significativa, e consideramos ser uma medida mais racional, mais inteligente, porque adere à distribuição de células fotovoltaicas por próprios municipais, em que pese também já ter esse programa em desenvolvimento na nossa cidade, seja no campo da saúde ou da educação.

A matriz energética da frota será objeto de discussão e debates, no âmbito do Comitê Gestor de Operação a Matriz Energética da Frota Urbana de São Paulo, que foi alterado com as novas atribuições dispostas pela Secretaria do Clima, que inclusive deve ter a sua primeira reunião marcada no dia 19. É isso, Sr. Júlio?

O SR. JÚLIO MARTINELLI – A próxima reunião será dia 19 de outubro, às 10h, no Comfrota.

O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO – Nessa reunião, nós já

esperamos começar a fazer os seguintes mecanismos: menos discussão teórica, mais ações práticas. Vamos trabalhar intimamente vinculados à Engenharia.

O que nos interessa efetivamente, enquanto Município de São Paulo? Temos uma meta estratégica de redução de emissões que envolvem a nossa frota. Portanto, nós precisamos saber qual a nossa capacidade de adotar rotas tecnológicas que possam levar a essa redução? Qual a capacidade de entrega, de montadora, para que possamos substituir frotas concessionadas? Qual a capacidade da engenharia nacional de propiciar essas operações para a municipalidade de São Paulo? E quais os mecanismos econômicos que vamos tratar junto a todos os representantes do Secovi, encarregados da mobilidade urbana de São Paulo, para conduzir essas operações. Tudo isso, de maneira pública, de maneira relatada e tecnicamente fundamentada.

São essas as considerações iniciais. Estamos à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Secretário, pela presença na nossa audiência e por sua fala num momento bastante grave que estamos vivendo no nosso Estado, como os vários municípios no interior do Estado que estão sofrendo uma grande seca, também as nuvens de poeira que invadiram principalmente a cidade de Franca, como vimos no final de semana. Com isso, percebemos como é importante a questão do clima não só no nosso Estado, mas também na Capital.

Então agradecemos a participação.

E vamos avançar no debate chamando a responsável pelo Núcleo de Gênero e Clima do Observatório do Clima, a Sra. Isis Diniz.

A SRA. ISIS DINIZ – Olá. Muito obrigada.

Eu creio que a minha colega Joci quer fazer a introdução. E aí eu sigo com a apresentação.

A SRA. JOCI AGUIAR – Bom dia a todas, todos e todes.

Em nome do observatório do clima e do nosso núcleo de gênero e clima, quero

agradecer o convite, a oportunidade de estar participando desse debate tão importante e inclusivo, que é importante para toda a sociedade brasileira e também importante de forma global porque esse tema está vindo muito à tona. E se nós não discutirmos e não fizermos um plano, um projeto, um programa de inclusão para mitigar e minimizar as perdas com as mudanças climáticas, então isso não é um plano. E nós, do Observatório do Clima, através do GT de Gênero e Clima, estamos trabalhando juntos para fazer esses estudos e prospecções a respeito da inclusão. Isso porque não se discute uma política, não se faz um plano de ação ou uma construção de uma política climática, sem que sejam envolvidos todos os segmentos sociais, principalmente, aqueles que são os mais atingidos. Então é um prazer para nós estarmos aqui no Observatório do Clima tentando avançar nas discussões a respeito do tema.

O Observatório criou em 2018 o GT de Gênero e Clima, do qual eu e Isis fazemos parte. E há pessoas, mulheres e homens, do Brasil inteiro, de vários segmentos, que fazem parte do GT e que nos ajudam nessa construção coletiva e democrática de proposta e de justiça climática.

Para vocês verem a diversidade, eu estou aqui em Rio Branco, no Acre, falando aqui com vocês. E vocês não imaginam a minha satisfação de poder participar, até pelo meu amor por São Paulo, como a cidade que me conquistou de coração. E uma cidade que precisa ser cuidada. Uma cidade linda e que tem que ter esse olhar carinhoso para que possa continuar sendo essa grande metrópole e essa grande referência para nós. Então é um prazer estar aqui.

Devolvo a palavra à Isis, para que faça a apresentação.

A SRA. ISIS DINIZ – Obrigada. Desculpem eu ter passado para a Joci antes. Nós havíamos combinado de ela fazer a abertura e eu trazer uns dados para debatermos.

Só um instantinho, vou compartilhar a apresentação com vocês.

Primeiro eu quero agradecer pelo convite. Muito obrigada por nos chamar, do Observatório do Clima, do Núcleo de Gênero e Clima. Eu gostaria de trazer uma discussão sobre esse olhar da justiça climática, do gênero, um pouquinho da diversidade para as

questões de clima.

Eu quero começar trazendo esses dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa, do Seeg, que é um levantamento feito pelo Observatório do Clima e mais cinco organizações que fazem parte dele. E este ano, pela primeira vez, foram esmiuçados os dados, mostrando quais são os municípios do Brasil mais emissores e que tipo de emissão esses municípios acabam fazendo. E São Paulo configura como o primeiro na região Sudeste com a cidade mais emissora; e, do Brasil, a cidade está em quarto lugar.

Aqui na cidade de São Paulo a maior parte da emissão é proveniente do setor de energia. E o setor de energia corresponde a transportes, em geral, e também à energia elétrica que usamos em casa. Então eu acho que é legal termos essa ideia para entendermos de onde vem a maior parte das nossas emissões na cidade de São Paulo.

E aqui eu trouxe essa fotinho da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que aconteceu presencialmente em Madri, em 2019, porque debatemos muito a questão da justiça climática. Embora a COP fosse acontecer no Chile. Mas, na época, eu não sei se vocês lembram que começaram diversas manifestações após a divulgação pelo governo de que iria aumentar em 30 pesos a tarifa de metrô, a COP foi para Madri, para a Espanha. E graças à articulação dos povos indígenas do Brasil, a APIB, mesmo com a mudança da COP para Madri, 30 lideranças indígenas estavam presentes. E foi lá que o termo “justiça climática” chamou muito a nossa atenção. E eu acho que é isso que nós temos que trazer para a nossa cidade. Então foram essas duas expressões, transição justa e justiça climática, que permearam os debates em geral.

Foi alertado que as medidas de mitigação, por vezes, podem negligenciar o aspecto social. É uma questão sensível, principalmente para países como o Brasil, com grandes desigualdades sociais arraigadas em padrões estruturais.

E o que é justiça climática?

Eu trouxe esse termo da Fundação Mary Robinson, que é uma organização americana que busca garantir a justiça global para as pessoas vulneráveis aos impactos das

mudanças climáticas, e que geralmente são esquecidas – os pobres, os destituídos de poder e os marginalizados. Então a justiça climática vincula direitos humanos em desenvolvimento para alcançar uma abordagem centrada no humano, na salvaguarda dos direitos das pessoas mais vulneráveis e na partilha dos encargos e benefícios da mudança do clima e os seus impactos equitativos e justos. A justiça climática é informada pela ciência, responde à ciência e reconhece a necessidade de administração equitativa dos recursos mundiais.

E a primeira vez que esse termo foi citado na COP foi no Acordo de Paris, em 2015, e foi nesse artigo que escrevi ao lado: “Notando a importância de garantir a integridade de todos os ecossistemas, incluindo oceanos, a proteção da biodiversidade, reconhecidos por algumas culturas como a Mãe Terra, e notando a importância para alguns do conceito de justiça climática ao tomar medidas para combater as mudanças climáticas.

E aí eu quero trazer que as mudanças climáticas já estão afetando todas as regiões da Terra de diferentes maneiras – como vocês trouxeram o exemplo do interior de São Paulo.

É interessante dizer que este ano o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC, apresentou um sumário executivo da primeira parte de seu sexto relatório de avaliação. O documento quantificou pela primeira vez o quanto o aquecimento é por causa humana.

Então ele fala que de tudo que aumentamos desde a era pré-industrial, 1,9 graus foi o que os humanos provocaram. Então apenas 0,02 podem ser atribuídos a causas naturais.

Trouxe também as regiões do mundo mais sensíveis e ao quê. E aqui eu destaco o Sudeste, onde está a nossa cidade: ficará mais quente, com mais extremos hídricos e precipitações em algumas regiões. Então vamos ter mais calor e mais chuva torrencial. E no Brasil também tem o Nordeste. E como estamos no contexto de Brasil, acabamos todos sendo afetados. O Nordeste já é afetado por mais seca, e a região Centro-Oeste e Sul da Amazônia serão as mais atingidas por extremo de calor, onde temos parte do nosso agronegócio.

Como a Joci trouxe, temos esse grupo de Gênero e Clima, no Infográfico, onde você pode clicar nesses itens, cada um deles trazem algumas problemáticas com relação ao

gênero em si, podemos dizer que indígenas já reclamam o desaparecimento de animais e frutas nativas e alta incidência de incêndios que impactam nas suas vidas.

Temos que nos lembrar de que na nossa cidade temos populações indígenas que, infelizmente, vivem aos subúrbios da cidade, ficaram presas a algumas regiões sem terem terra acessível para poderem viver dela.

Aqui, também, o destaque que mulheres periféricas costumam ser mais atingidas também. Vale ressaltar que as mulheres são afetadas pelas mudanças climáticas de maneiras diferentes. Elas são pouco representadas nos espaços de decisão e também combatem o aquecimento global. Um exemplo da pouca representação é que os Bolsistas do CNPQ, a maior parte das pessoas que começam a carreira científica é mulher, só que conforme a carreira vai crescendo esse número vai diminuindo. Outro dado interessante é que Bolsistas do CNPQ que se identificam como pretos e pardos não chegam a 30%.

Vou trazer um pouquinho para a nossa cidade, vou voltar para ela. No Instituto de Energia e Meio Ambiente, onde eu trabalho, divulgamos um Boletim de Ônibus de São Paulo, periodicamente, dizendo que temos na cidade de São Paulo apenas 219 veículos movidos à eletricidade; então, sofremos com a qualidade do ar na cidade de São Paulo. Ainda bem que temos um bom monitoramento da qualidade do ar, só que ainda precisamos melhorar. E, como a maior parte das emissões de poluição do ar – não estou falando das emissões que causam o aquecimento global – nas cidades, elas são provenientes do transporte, de modo geral.

Vale ressaltar que as mulheres são as que mais usam transporte público – dados da pesquisa do Metrô de origem-destino de 2017 –, e quem está mais tempo no trânsito acaba respirando mais o ar poluído. Os homens na mesma quantidade usam transporte particular e transporte público. Então, temos que pensar, também, a inclusão das mulheres nos espaços públicos de transporte.

Quando falamos de cidades e transporte, temos que tomar cuidado porque falta – eu trouxe três problemas: há uma gentrificação de bairros centrais onde acabamos expulsando pessoas para a periferia da cidade de São Paulo, as pessoas que têm menos recursos não

conseguem acessar a cidade, tudo que ela traz culturalmente, sobre educação; então, temos que priorizar o espaço público para as pessoas. Quando pensamos nisso, olhamos essa questão clima e pensamos na priorização do espaço público, acabamos conseguindo combinar as duas coisas.

Por fim, finalizando, eu queria trazer uma questão pouco falada ainda que é a poluição luminosa. Quando falamos de espaços públicos de transporte, do acesso à cidade, 30% da iluminação que é usada no Brasil é voltada ao céu, iluminando o céu. A poluição luminosa é quando não conseguimos ver as estrelas. Esse é um problema muito sério.

Quando falamos que 30% da iluminação não está iluminando corretamente, estamos desperdiçando energia, emitindo mais gases de efeito estufa, por meio dessa energia desperdiçada; estamos causando locais de escuridão, porque acabamos provocando muita sombra. Essa iluminação inadequada aumenta a insegurança. Poderíamos pensar, também, em como aliar a questão da segurança dos espaços públicos e a questão da iluminação para a redução do aquecimento global e a inclusão das pessoas, principalmente, porque as mulheres, as mais periféricas, que mais andam a pé, as que usam transporte público, acabam ficando mais sujeitas a essa insegurança com essa iluminação não correta.

Vale ressaltar, também, que a poluição luminosa causa problemas de saúde, alta incidência de câncer e prejudica os animais que vivem nesses locais.

Quais caminhos podemos seguir para melhorar todos esses problemas que eu, rapidamente, expus aqui. Primeiro, reconhecer o problema. Então, reconhecer que nem todo mundo é afetado da mesma maneira pelas mudanças climáticas; existem diferentes níveis de responsabilidades, então, estamos pensando numa cidade muito grande com 11 milhões de habitantes, temos o nosso papel como cidadão, tem o papel do Poder Público, então, temos que pensar os diferentes níveis de responsabilidades; temos que dar espaço para as pessoas mais impactadas.

Outra coisa que temos debatido agora é a questão de políticas públicas, como trazemos tudo isso para tentar fazer uma mudança maior, de maneira mais rápida e efetiva.

Muito obrigada, deixo os meus contatos e para qualquer coisa podem contar com a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Ísis, muito obrigada. Nós é que agradecemos. A sua apresentação foi excelente e contribuiu muito para a nossa audiência.

Eu queria chamar os Vereadores presentes: Ely Teruel, Antonio Donato e Cris Monteiro. Quero perguntar se querem fazer uso da palavra.

A SRA. ELY TERUEL – Bom dia, Silvia. Bom dia a todos os presentes e convidados. É um prazer fazer parte desta audiência tão importante para a nossa cidade. Eu vou pedir para ouvir um pouquinho mais os nossos convidados e, ao final, eu gostaria de pedir a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Vereadora Ely Teruel pela presença e acompanhamento da nossa audiência.

Queria perguntar se o Vereador Antonio Donato gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Silvia. Bom dia a todos e todas. Estou apreciando muito a audiência. Estou aqui para aprender. Então, eu prefiro, também, ouvir mais e, se for necessário, no final, posso falar.

Obrigado. Parabéns, Silvia.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Vereador Antonio Donato pela presença e pelo acompanhamento. Ao final, será dada a palavra a todos os Vereadores que quiserem.

Gostaria de perguntar para a Vereadora Cris Monteiro que está presente se gostaria de fazer uso da palavra neste momento.

A SRA. MARIA – Bom dia, Vereadora. Sou a Maria, Assessora da Vereadora Cris Monteiro, falo em nome da Vereadora. Queria parabenizá-la pela organização desta audiência. É muito importante essa temática do Plano Climático para a cidade de São Paulo e pensar questão de como as mudanças climáticas impactam, de fato, os diferentes estratos da nossa

sociedade. É uma reflexão muito bem-vinda e válida. Também estou aqui para aprender em nome da Vereadora Cris Monteiro é um prazer estar com vocês hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada pela presença e pelo acompanhamento.

Eu gostaria de chamar a Professora Thais Mauad, Coordenadora do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana do IEA-USP, Instituto de Estudos Avançados USP.

A SRA. THAIS MAUAD – Bom dia a todos. Muito grata pelo convite. É um prazer estar com vocês falando deste assunto que temos que falar em todos os lugares e em todas as horas. É um assunto que tem que pautar tudo que achamos que vamos fazer na vida, dentro das instituições, dentro das nossas casas. É um assunto que tem que estar no topo da lista. Então, fico muito contente com esta iniciativa.

O meu olhar é sobre saúde, os impactos das mudanças climáticas na nossa saúde são enormes e vários, desconhecidos. Vão ter coisas que não saberemos que vão acontecer: novos vírus, novas doenças vão aparecer. Então, temos que nos preparar para isso.

Eu vou só compartilhar um *slide* onde tem um resumo, o que se espera vai acontecer com a nossa saúde, caso não se faça nenhuma mitigação. É um slide apenas, eu vou colocar. (Pausa) Vocês estão vendo? (Pausa) Conseguem ver?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Ainda não, Thais.

A SRA. THAIS MAUAD - Acho que tem muita coisa nova ainda para acontecer, novos vírus, novas doenças, mas o que esperamos que vá acontecer conosco, nos próximos anos, e mesmo que a gente consiga mitigar, se a gente for no passo que ainda estamos, no Brasil não vamos conseguir porque, na verdade, estamos aumentando as emissões. E mesmo que tenhamos um revertério absoluto e consigamos mexer em muita coisa, mas já tem muita coisa irreversível. Por exemplo, o gelo que degelou, não volta mais; o nível do oceano que aumentou, não vai voltar a acidificação do oceano; nos lugares em que voltaram à seca, não vai mais chover. Então já temos uma série de consequências, já sabemos o que vai acontecer no futuro, e as consequências poderão ser muito piores se não tomarmos uma atitude rápida,

agora nos próximos dez anos.

Por exemplo, sabe-se que vamos ter mais temperaturas extremadas, já têm estudos mostrando que a grande amplitude de temperatura, no mesmo dia está muito quente e, de repente, muda, é muito ruim. Já têm estudos dizendo que isso aumenta a mortalidade, e quanto mais quente durante o dia pior, há excesso de mortalidade por todas as doenças, e principalmente nos grupos vulneráveis. Um maior calor vai aumentar a poluição do ar porque se não diminuir a nossa frota, vamos continuar com muito ozônio e a temperatura alta aumenta a produção de ozônio, e isso leva à irritabilidade das vias aéreas, instabilidade das coronárias levando à doença cardiovascular, maiores observações de asma. A gente já sabe, há estudos mostrando que as maiores temperaturas farão com que a malária possa chegar em São Paulo e no Rio de Janeiro. Fizeram um estudo nacional no Brasil mostrando que 30 cidades estão em perigo, pode ter malária nessas cidades por conta de muita chuva, muito calor, então os vetores vão chegando perto. Nesse gráfico há uma série de vetores que nós sabemos há chance de aumentar e chegar, por exemplo, perto das cidades.

O número de alérgicos, principalmente na Europa, aumentou devido a quantidade de pólen no ar, com uma primavera mais longa as plantas vão se modificando. Na Europa já existe, está provado que estamos tendo muito mais alergias a pólen, o pólen está saindo mais cedo na primavera. Não sabemos aqui no Brasil quais são os agentes alergênicos que vão surgir dessa mudança climática, como isso poderá impactar nas doenças respiratórias. As secas vão causar má qualidade da água, e já vimos isso em 2014. Há uma série de doenças intestinais devido à má qualidade da água, e teremos ainda mais quando tivermos mais seca.

A crise climática está causando aumento no preço dos alimentos, como já estamos vivendo, e vai aumentar muito mais. Já estamos vivendo uma insegurança alimentar absurda por causa da crise econômica, e vai aumentar devido à crise climática. Já se espera uma má nutrição infantil aumentando no mundo inteiro, com doenças devido à má nutrição.

As crises migratórias vão acontecer no mundo, já estão acontecendo, são os migrantes climáticos. No Brasil já tivemos isso na década de 70, a seca do Nordeste trazendo

migração para São Paulo, e isso vai acontecer de novo com o nosso agronegócio destruindo o nosso serrado, a nossa Amazonia. Vamos ter migração para cá e com isso a chegada de doenças na Cidade, com as quais vamos ter de lidar devido ao grande contingente que chegará trazendo novas doenças.

O impacto mental que tudo isso traz às populações está sendo subestimado, não sabemos, mas já existem relatos, por exemplo, de fazendeiros que se suicidam quando tem extremo da seca, perdem tudo e têm um pico de suicídio entre os fazendeiros.

Uma das coisas mais graves com a qual teremos de lidar, quanto às mudanças climáticas, são as ondas de calor. São três dias de calor extremo, e os nossos prédios não estão adaptados para isso, nossas ruas não estão adaptadas. Não estamos plantando árvores no ritmo que deveríamos plantar. Na Secretaria do Verde, não vejo qualquer ação em relação a isso. Temos áreas na Cidade extremamente desprovidas de verde e realmente essas áreas mais desprovidas, mais vulneráveis, provavelmente serão as que mais vão sofrer com as ondas de calor, com excesso de mortes principalmente de idosos e de crianças.

Já sabemos que essas temperaturas vão levar a inúmeras injúrias, afogamentos, a uma série de fatalidades por relâmpagos, por deslizamentos, coisas que, na verdade, não conseguimos prever, mas que provavelmente vão acontecer.

Então queria dizer, estou muito feliz com esse plano. Só que em 2009, como já disse o Vereador, já houve um plano, mas esse plano nunca foi colocado em ação. Eu li o PlanClima, mas ele não dá dicas de como as coisas vão ser colocadas em prática. Temos dez anos para colocar em prática, e se não começar agora, não vai dar tempo. Acredito que se não partirmos para ação neste momento, ontem, não vamos ter tempo para reverter tudo isso. E esse cenário, o pior de tudo, o cenário de que estou falando nós vamos viver daqui dez anos.

Então espero que esse plano não fique na gaveta, como ficou o plano nacional de 2009. Por exemplo, a cidade de São Paulo nunca se adaptou à menor emissão de gases poluentes, foram metas que nunca foram cumpridas. Eu fico com medo de que esse plano, que demorou 12 meses, fique colocado na gaveta.

São Paulo tem um novo Plano Municipal de Arborização Urbana, e eu não sei como está sendo implantado. Então tenho muito medo de que, se não agirmos imediatamente, o plano fique na gaveta. Eu acho que é dever da Prefeitura mostrar aos cidadãos como vai ser implementado neste momento.

Era isso que eu tinha para falar.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Muito obrigada, Thais pela sua presença, pela sua participação e contribuição.

Gostaria de chamar agora, representando o Sr. Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, o Sr. José Armênio de Brito Cruz, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Bom dia, Vereadora. Muito obrigado pelo convite, agradeço em nome da Secretaria, em nome do César que, neste momento, está em outro compromisso e me pediu que o representasse.

Conversamos sobre a audiência e, de fato, é uma oportunidade – como foi falado – para estruturação de uma agenda climática para a cidade de São Paulo.

No nosso particular, na nossa área, na área do desenvolvimento urbano, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento cuida da regulação e do desenvolvimento da construção da nossa Cidade, ou seja, como é que nós estamos fazendo a Cidade.

No momento que estamos agora é o da revisão do Plano Diretor de 2014. Nós já iniciamos, inclusive com audiências temáticas, com entidades inscritas e agora com audiências abertas. E hoje, coincidentemente, vou atender uma audiência à tarde sobre o meio ambiente.

O que quero dizer é que o meio ambiente e a agenda climática estão presentes no Plano Diretor, e está presente em nossa discussão do dia a dia. Às vezes, pode parecer, estou falando com a Câmara, e cumprimento o Secretário Antônio, que foi um passo bastante importante que o Prefeito Ricardo Nunes a nomeação de um Secretário para mudanças climáticas porque esse assunto tem que estar sempre na lente de todos.

Às vezes, pode parecer que não estamos discutindo mudanças climáticas quando estamos discutindo habitação, quando estamos discutindo a densidade da Cidade, mas sim estamos discutindo a ação sobre o clima porque podemos mitigar fatores, que são da ocupação urbana na Cidade, que estariam gerando mais prejuízos para o meio ambiente do que nós já temos.

Eu posso dar pequenos exemplos dessas ações localizadas. Nós trabalhamos na Secretaria de Urbanismo, por exemplo, com o Parque Minhocão. O Minhocão é um dos lugares mais poluídos da Cidade, do ponto de vista do ar que as pessoas respiram e do barulho. A ação da Cidade em mitigar esse ar poluído e a poluição sonora está na transformação do Minhocão em um espaço de uso das pessoas, de uso como parque, não uso de carro.

Um estudo da CET mostrou, por exemplo, que o ganho de velocidade no uso do Minhocão, de quem usa aqueles 2,7 mil metros diariamente, é de dois minutos. E são 200 mil pessoas que moram no lugar mais poluído do ponto de vista sonoro e do ar que respiram.

Eu dei o pequeno exemplo do Minhocão, que foi uma ação que nós já trabalhamos na São Paulo Urbanismo e na Secretaria, mas a regulação da Cidade mexe com tudo isso. Às vezes pode parecer que estamos no detalhe, mas estamos discutindo do ponto de vista sistêmico.

O Plano Diretor, quando define as Macrozonas de Proteção Ambiental, está também afirmando a necessidade da proteção ambiental na regulação da Cidade. Um programa que nós desenvolvemos e que hoje está integrado à ação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e também à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico é o Programa Ligue os Pontos.

O Programa Ligue os Pontos foi desenvolvido na Secretaria de Urbanismo, foi premiado mundialmente, ganhou o primeiro prêmio mundial, e tem o objetivo de conter o espraiamento urbano a partir do fortalecimento da mão de obra do serviço rural. Então o cinto rural, que está sendo fortalecido quando capacitamos o produtor rural no Programa Ligue os Pontos, é um programa urbanístico.

Eu estou procurando fazer essa ligação para os vereadores, para os presentes na audiência, que o território é totalizante. No território nós discutimos sempre tudo ao mesmo tempo. Nós podemos discutir déficit habitacional, por exemplo, com um programa que a Operação Urbana Água Branca está fazendo, e nós estamos para construir 728 unidades na Marquês de São Vicente que contenha ali ações ambientais de drenagem, de recolhimento de água, de reuso de água e de densidade urbana, diminuindo o trajeto que as pessoas vão fazer e a poluição dos córregos.

Isso é a nossa agenda, do dia a dia da Secretaria, mas convido todos para participar da reunião de hoje à tarde, é uma reunião aberta. Quando vai para a Câmara alguma votação de PIU, como o PIU Central, o PIU Central levou no seu projeto de lei um plano de rearborização da região central incrível. Ou seja, em cada projeto que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, os técnicos da Secretaria e da São Paulo Urbanismo trabalham, estão agindo na agenda climática da Cidade. A recuperação do plantio de árvores é fundamental numa região da Cidade que é carente de vegetação.

Eu estive, na semana passada, na reunião que discutiu meio ambiente com entidades que se inscreveram para participar. Uma questão muito interessante foi colocada, por exemplo, uma questão importantíssima que o Plano Diretor já menciona, que é a questão das bacias hidrográficas da Cidade.

Por que a divisão administrativa da Cidade não obedece, por exemplo, o território e o recorte das bacias hidrográficas da Cidade? Nós negamos a importante estruturação do território da Cidade durante séculos, e continuamos negando. Será que já era hora de olharmos: espera aí, aqui passa um córrego que vai levar água para aquele rio? E será que a organização desse território não deve obedecer a dinâmica desse córrego?

Isso está sendo falado, isso foi falado não por mim, não pela Prefeitura, mas por uma entidade participante que está trabalhando no Itaim Paulista, buscando a recuperação dessa importante... São Paulo, como o arquiteto Paulo Mendes da Rocha falava, é uma cidade hídrica, nós temos água para tudo que é lado; São Paulo seria quase uma Veneza, o que nós

temos de córregos e rios.

É uma questão quase que intelectual mudar a lente, vamos olhar a Cidade desse jeito. O Plano Diretor tem essa pegada, tem essa maneira de ver a Cidade quando coloca a proteção ambiental dos córregos, quando procura fazer a desocupação das áreas de risco por meio da geração de habitação.

O que eu quero dizer é o seguinte: às vezes, uma pequena atuação, como a que eu disse do Parque Minhocão, pode reduzir um grande prejuízo que a Cidade tem. Ou numa ação sistêmica, como é a revisão do Plano Diretor, também podemos contribuir para a agenda climática da Cidade.

Eu cumprimento os secretários presentes, principalmente o Secretário Antônio, das Mudanças Climáticas. Coloco, em nome do Cesar, a Secretaria à disposição de vocês. Agradeço, Isis, a contribuição de vocês do Observatório; acho que a observação que vocês fazem, inclusive do ponto de vista de gênero também...

Acho que a Joci falou sobre Rio Branco, não sei se seria uma ideia. No Programa Ligue os Pontos nós estamos com uma colaboração com o Rio Branco do Acre, para também implantar lá. Esse programa foi premiado pela Bloomberg aqui em São Paulo. O Prefeito de Rio Branco esteve aqui presente, eu também estava na reunião.

Então eu continuo na reunião. Vou ter uma reunião daqui a uns 40 minutos, mas continuo aqui. Não discorri todas as ações do Plano Diretor, mas dentro dos artigos do Plano Diretor a mitigação dos fatores que prejudicam o clima, tanto do ponto de vista de drenagem como do ponto de vista da poluição do ar, como da poluição sonora estão colocados. É importante dizer: o Plano Diretor é uma ação sistêmica que vai aparecer em cada projeto da Cidade, vai aparecer em cada plano de bairro, vai aparecer em cada plano de ação de subprefeitura. Mas o Plano Diretor é sistêmico e nesse sistema ele pauta o meio ambiente, está alinhado com a Agenda da ONU, está alinhado com a agenda climática do Plano de Ação Climática da cidade de São Paulo.

E eu repito: convido todos a participar das nossas audiências. Coincidentemente,

hoje, às 15h, o tema é meio ambiente. Ontem foi desenvolvimento econômico, a Secretária Aline estava lá, fez uma contribuição ótima. O trabalho da revisão do Plano Diretor é intersetorial, não é fechado, cada um em cada secretaria, então é importante a participação e a contribuição de todos.

Agradeço a todos os vereadores. Aproveitei a minha colocação aqui para dar significado ambiental para cada ação e cada PL que mandamos para a Câmara, e a aprovação de cada PL desses é um passo adiante na agenda ambiental da Cidade também, além da habitação, da mobilidade, além de uma agenda mais justa, que é o que o Prefeito Bruno Covas pedia e nos direcionava, a diminuição das desigualdades. É para isso que estamos trabalhando agora com o Prefeito Ricardo Nunes.

Muito obrigado a todos. Eu continuo aqui à disposição de vocês.

Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. José Armênio, representando a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Eu anuncio a presença do Vereador Rodrigo Goulart. Pergunto se quer fazer uso da palavra. (Pausa) Não está mais na sala. Quando voltar, vamos anunciar novamente e abriremos a palavra.

Eu chamo agora o Sr. André Biazoti, representante do Instituto Pólis, responsável pela Campanha Composta Cultiva.

O SR. ANDRÉ BIAZOTI – Bom dia a todos e todas presentes. Primeiro, gostaria de parabenizar a Vereadora Sílvia da Bancada Feminista e todas as Vereadoras pela iniciativa na promoção desta audiência pública. Em nome delas também cumprimento os Vereadores e Vereadoras presentes. Saúdo a Câmara Municipal pela recém instituição da Frente Parlamentar Ambientalista, que é um passo muito importante para nós discutirmos ações como o Plan-Clima SP, e saudar o Secretário Antonio Fernando, em nome dele, todos os representantes das secretarias presentes.

Sou André Biazoti, faço parte do Instituto Pólis e coordeno a Campanha São Paulo

Composta Cultiva, que é uma campanha com participação de mais de 56 parceiros da sociedade civil, a nível local, nacional e internacional, que atuam na promoção da reciclagem de resíduos orgânicos, na cidade de São Paulo, assim como na promoção da agricultura no Município de São Paulo.

Temos essas duas temáticas dentro da nossa campanha, e será sobre elas que eu vou orientar a minha fala.

Agradeço a fala de todos e todas que me antecederam, porque também nos economiza contextualizar toda a situação e importância do tema na Cidade, para a gente poder avançar nas questões tão urgentes e emergentes que requerem tanto da Prefeitura Municipal, quanto da Câmara Municipal, uma seriedade muito grande, na promoção dessas ações.

Primeiro quero citar algumas ações sobre resíduos. Como já foi colocado e está no PlanClima, a gestão desses resíduos representa a terceira maior emissão de gases de efeito estufa, no Município de São Paulo, depois do transporte e da energia estacionária. Mas mesmo sendo a terceira, ela é digna de nota e importância para olharmos atentos para essa gestão.

Principalmente, olhar para os resíduos sólidos orgânicos que representam 50% dos resíduos domiciliares, que são coletados diariamente – em algumas regiões em dias alternados, infelizmente -, mas há uma representação grande na gravimetria dos resíduos sólidos na cidade de São Paulo.

Uma das primeiras coisas que eu gostaria de informar é que o PlanClima traz alguns avanços muito importantes para os resíduos sólidos e para a compostagem, como eixo bastante central. É digno de nota o quanto foi positivo ver que o tema está tão bem tratado, dentro do Plano Municipal de Combate às Mudanças Climáticas.

No entanto, quando se trata de resíduos orgânicos, o PlanClima trata principalmente de resíduos de poda, objetivando chegar a 100% de tratamento desses resíduos por meio da compostagem, assim como dos resíduos das feiras, que representam atualmente, salvo engano, 10% dos resíduos orgânicos coletados, hoje, na cidade de São Paulo.

No entanto, é muito importante que a gente olhe também para os resíduos orgânicos domiciliares. O PlanClima traz a estruturação de eco parques, para esse tipo de tratamento. Acho importante a reflexão para uma primeira questão que a Prefeitura deixe claro qual o modelo de eco parque e qual a rota tecnológica que vai ser estruturada a partir disso.

O primeiro ponto para nós, da Campanha São Paulo Composta Cultiva e a toda nossa rede de parceiros é muito importante, é que nós não aceitaremos incineração de resíduos orgânicos na Cidade.

Quando nós estruturamos eco parque, temos de garantir que os resíduos orgânicos que forem coletados e destinados para eco parques sejam destinados para compostagem. Isso é de suma importância, porque é um recurso muito rico para a agricultura urbana, como está explícito no PlanClima, e a gente não pode aceitar uma rota tecnológica baseada em informações de combustíveis a partir desses resíduos, direcionados para a queima.

A gente acha que essa não é uma rota, apesar de prever o PlanClima a compostagem em si, principalmente a compostagem doméstica realizada nas residências, é preciso avançar na coleta diferenciada dos resíduos orgânicos na cidade de São Paulo. Então é uma coleta que seja feita no mínimo em três frações: recicláveis secos, orgânicos compostáveis e em rejeitos que são destinados para aterro. Isso é de suma importância para a gente garantir uma qualidade no processo de compostagem e qualidade do composto dos resíduos finais.

A gente vai ter, nos próximos anos - o ano que vem vai ser o disparador do processo -, a revisão do contrato de concessão para a gestão de coleta e destinação de resíduos na cidade de São Paulo. Trata-se de um contrato de concessão que vai estabelecer como que os resíduos serão coletados nos próximos 20 anos. O último contrato de concessão foi feito antes do PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e agora a gente tem a oportunidade de rever esse contrato à luz do PMGIRS e à luz dos avanços que a gente precisa fazer.

Então é preciso prever e garantir que nesse contrato de concessão esteja

considerada a coleta em três frações para garantir a segregação na fonte dos resíduos orgânicos, um dos principais causadores da emissão de gases de efeito estufa em aterros, e garantir que esses resíduos sejam destinados para compostagem. Em relação à questão de resíduos sólidos é muito importante garantirmos isso.

Infelizmente houve um processo de incidência no Programa de Metas da Prefeitura, tentando justamente fazer com que a Prefeitura avançasse, nos próximos quatro anos, num processo piloto de coleta desse tipo de resíduo e de destinação de resíduo domiciliar orgânico e destinação para compostagem. Mas apesar de termos seis das 10 propostas mais votadas, no processo de consulta pública, a Prefeitura Municipal não incorporou nenhuma mudança na proposta que fez. A proposta de tratamento de resíduos orgânicos ainda se baseia só em resíduo de feiras e de poda.

A gente acha que é preciso avançar, pelo menos, num piloto para resíduos domiciliares orgânicos para poder incorporar no processo da renovação da concessão o modelo que nos faça avançar, numa rota tecnológica já adotada em países da Europa e do restante do mundo, como o mais adequado para tratamento desse tipo de resíduo.

Resta uma dúvida, aí aproveito a participação do Secretário Roberto Pedrosa, Presidente da Amlurb, que vai falar depois de mim. A Amlurb está sendo extinta, no remodelamento administrativo da Prefeitura, e nós temos muitas dúvidas e questionamentos se a SP-Regula, que vai assumir os contratos da gestão de resíduos sólidos, seguirá com as políticas públicas para compostagem no Município de São Paulo.

A gente soube recentemente que o pátio de compostagem da Lapa, que é histórico para o Município e para todo o País, se me permitem dizer, vai ser enviado para outro local por conta da construção de moradias populares no terreno.

A gente fica sabendo de determinadas coisas, surge a preocupação de que a transição da Amlurb para a SP Regula desconsidere as políticas, como programa feira e jardins sustentáveis, que fazem a estruturação de pátios de compostagem no Município, que isso seja desestruturado de alguma forma. Essa medida não é condizente ao PlanClima nem ao

PMGIRS, que tem avançado.

Sobre a questão de resíduos orgânicos essa seria a minha fala.

Sobre falar da agricultura urbana, na nossa avaliação as questões são um pouco mais delicadas, pelo que está considerado no PlanClima.

A agricultura urbana é fundamental tanto para garantir a segurança alimentar da população, mas também para a manutenção de áreas verdes, de áreas permeáveis e o combate às ilhas de calor, como foi muito bem abordado no PlanClima. Então, também, celebro que a Prefeitura tenha trazido pontos específicos para a agricultura urbana. Acho que isso é muito relevante.

No entanto, menciono, também, um pouco das partes finais do PlanClima. Ele começa muito bem, estabelecendo metas e trazendo coisas muito positivas para o combate às mudanças climáticas, mas, no final, principalmente, em relação à questão de agricultura urbana e à questão de áreas verdes, de forma mais geral, ele começa a degingolar, infelizmente, porque percebemos uma falta de integração entre as políticas.

O PlanClima traz uma série de políticas, mas as metas do PlanClima são: lançar as políticas, lançar os planos, lançar o Plano Municipal de Arborização Urbana, trazer considerações sobre o Plano Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e um olhar para o Plano Municipal da Mata Atlântica. Enfim, é lançar planos.

Eu não acho que lançar planos seja uma meta aceitável para os próximos 20 ou 30 anos, no Município de São Paulo. Temos de ter, minimamente, a implementação desses planos e a consideração das metas que esses planos trazem dentro desse escopo. Não podemos botar em um documento que prevê metas para 20 ou 30 anos: “lançar um plano”. Não é só lançar um plano. Há uma série de razões, como a Prof. Thais já trouxe. São necessários o plantio de árvores, a recomposição de áreas verdes, a abertura de novos parques, a promoção de novas hortas urbanas, a promoção da agricultura no Município. A meta não pode ser só lançar um plano.

Sobre a questão de falta de integração entre políticas, a Prefeitura possui, nas suas

mãos, na Secretaria de Gestão Municipal, o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, que vem sendo construído, juntamente, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, desde 2017. Nós nos engajamos bastante em um processo participativo de construção desse plano, com as agricultoras e os agricultores do Município. O plano está pronto, na mesa da Secretaria de Gestão Municipal. Depois de uma consulta grande a diversas Secretarias Municipais, ele está pronto desde o final de 2019 e até hoje não foi sancionado pelo Prefeito.

Olhamos o Programa de Metas e qual é a meta? Lançar o plano. A meta não é lançar o plano. A meta é: lançar o plano, implementar o plano e uma série de metas que já estão previstas nesse plano, para poder avançar na questão de agricultura no Município de São Paulo. Então, é importante trazer isso, de que precisamos avançar com os planos já existentes, valorizar o trabalho que é realizado com esses planos municipais, valorizar as metas que são previstas nesses planos municipais e garantir integrações em relação a esses novos planos que são lançados. Como bem disse a Thais, não é só lançar um plano. Precisamos, efetivamente, olhar para a implementação desses planos.

Sobre a questão de hortas urbanas, a meta também é supergenérica: criar um cadastro para hortas urbanas, mapear hortas urbanas, criar uma legislação para ver como hortas urbanas vão ser feitas. A meu ver, uma meta de 20 ou 30 anos não pode ser só lançar um cadastro ou lançar uma legislação, mas, sim, avançar em: quantas hortas comunitárias vão ser instaladas, como vão ser essas hortas, qual vai ser a estrutura pública de apoio para essas hortas, tendo em vista que temos no Município de São Paulo o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, que é o Proaurp.

O Proaurp é uma política pública existente desde 2004. Ela é a principal política pública de agricultura urbana no Município. O projeto Ligue os Pontos, como o Secretário José Armênio trouxe, foi essencial para o Município de São Paulo. Ele trouxe um aporte de recursos enorme para o desenvolvimento da atividade agrícola no Município de São Paulo, mas ele foi

um projeto com começo, meio e fim. Então, os recursos da Bloomberg finalizaram nesse ano. Agora, eu entendo que a Prefeitura está buscando novos recursos para a continuidade dos trabalhos do Ligue os Pontos, mas a política pública antes do Ligue os Pontos é o Proaurp, porque o Proaurp estabelece casas de agricultura ecológica, onde estão os agrônomos que são contratados pela Prefeitura para dar apoio e assistência técnica aos agricultores do Município.

Atualmente, temos duas casas de agricultura, uma na zona Sul, com três engenheiros agrônomos, e uma na zona Leste, com um engenheiro agrônomo. Existe uma previsão na lei de instalação de uma casa de agricultura ecológica na zona Norte, para atender aos agricultores da zona Norte. Essa casa ainda não existe. Nunca foi feita. Quatro engenheiros agrônomos para atender cerca de 600 agricultores do Município é um número muito baixo. O projeto Ligue os Pontos foi muito bom, por trazer 10 novos técnicos que atuaram nos últimos dois ou três anos com os agricultores da zona Sul do Município, principalmente, mas, agora, temos uma insegurança tremenda de como vai ser a continuidade dessas políticas de agricultura, tendo em vista que, nos últimos três anos, o orçamento para a agricultura no Município de São Paulo vem diminuindo. Então, precisamos de mais técnicos nessas casas de agricultura. Precisamos de uma casa de agricultura na zona Norte, porque os agricultores da zona Norte estão totalmente relegados. Na zona Leste, há um engenheiro agrônomo, também. Precisamos de mais engenheiros agrônomos.

Essas pessoas precisam ter infraestrutura para trabalhar. Precisam ter transporte para poder fazer visitas técnicas aos agricultores. Precisam ter insumos, como teve o projeto Ligue os Pontos, para qualificar o trabalho de assistência técnica. Precisamos avançar, principalmente, porque, se você olha os pontos de perda de vegetação que estão estabelecidos no PlanClima, são na zona Norte e na zona Leste, principalmente. A zona Norte e a zona Leste são os principais pontos de zona de calor. Então, temos de qualificar a assistência técnica dada para os agricultores nesses dois espaços do Município, e não só para a zona Sul. Apesar de a zona Sul ter o maior montante de agricultores, é uma área muito bem

preservada, que também tem de garantir que se mantenha dessa forma, mas temos de olhar para a zona Leste e para a zona Norte, onde estão esses agricultores, garantir os espaços rurais que existem nesse espaço e garantir assistência técnica nesses locais.

Então, é importante que fortaleçamos essas políticas públicas. Contamos com a Câmara Municipal para ajudar a incrementar no Orçamento Público, na LOA, para garantirmos a continuidade do projeto Ligue os Pontos, para garantirmos que haja orçamento. Inclusive, em outra audiência pública sobre a Horta das Flores, eu já cutuquei o José Armênio para considerarmos recursos do Fundurb também para o desenvolvimento rural e para a continuidade do Ligue os Pontos. Eu acho que isso é algo sobre o qual podemos refletir, em se tratando de destinação de recursos para a estruturação de atividades para a agricultura no Município de São Paulo.

Termino minha fala, trazendo que, ao mesmo tempo em que lança um plano muito bem feito, como é o PlanClima, que eu vejo que traz avanços bastante importantes, a Prefeitura afirma que vai estruturar 400 hortas urbanas no seu Programa de Metas, mas vemos, na vida real dessas hortas e dos agricultores do Município, diversos espaços de produção sendo totalmente desestruturados. A área da Horta das Flores foi destinada para uma PPP da habitação, sem se trazer clareza nenhuma, sem se trazer diálogo sobre para onde vai essa horta e se não é possível conciliar moradia com a horta comunitária existente. Também querem tirar a horta do Centro Cultural São Paulo de lá. A Horta do Ciclista recentemente foi destruída pela Prefeitura Municipal em uma atuação de manutenção e zeladoria. Temos agricultores no Jardim Damasceno que não têm coleta de lixo. Há agricultores no acampamento Irmã Alberta que também estão correndo severo risco de serem despejados. Há agricultores na zona Leste, também, sendo pressionados pela urbanização.

Enfim, queremos, realmente, ver esse PlanClima sendo estruturado pela Prefeitura e fortalecendo as políticas públicas existentes, tanto para a agricultura quanto para a compostagem, no Município.

É isso. Agradeço muito. Desculpem por ter passado um pouco do meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Nossa, superobrigada, Sr. André, por sua contribuição de muita qualidade, de muita informação, sobre o que está acontecendo na nossa cidade. Muito obrigada, mesmo, em nome da Bancada Feminista.

Eu gostaria de chamar, agora, a Sra. Valquiria, que é do Movimento Nacional dos Catadores. Está com a palavra.

A SRA. VALQUIRIA CANDIDO – Bom dia a todos. Cumprimento a Bancada Feminista e a Coveadora Natália, que está sempre me acionando. Agradeço muito o convite e a oportunidade de falar, porque tenho visto várias discussões sobre resíduos, sobre catadores, mas não tenho ouvido as mulheres na discussão, principalmente sendo catadoras. Sou catadora, mulher mãe, moro na zona Sul de São Paulo e muitas falas aqui já me contemplaram.

Hoje não vou ficar nervosa, porque é muito difícil isso. Quero ler um texto que me contempla muito, para complementar a fala do companheiro que me antecedeu. Esse texto é de um estudo feito do Sistema de Resíduo Zero, que poderia criar mais de 36 mil empregos para moradores de São Paulo, publicado em 16 de fevereiro de 2021:

Um novo estudo de GAIA descobriu que as cidades que investem em programas e políticas de lixo zero criam empregos verdes de qualidade, além dos benefícios conhecidos de redução da poluição e melhoria da saúde da comunidade. Este relatório surge no momento em que governos municipais em todo o mundo estão tomando decisões críticas sobre em quais programas investir para aumentar a resiliência climática e reconstruir as economias locais que foram prejudicadas pela crise da Covid-19. O estudo projeta que, se São Paulo recuperasse 80% do material reciclável e orgânico de seu fluxo de resíduos, a cidade poderia criar mais de 36.700 novos empregos.

Em uma meta-análise global do potencial de criação de empregos de diferentes setores de gestão de resíduos, a pesquisa deixa claro que o que é bom para o meio ambiente também é bom para a economia. As estratégias de resíduo zero têm a pontuação mais alta em benefícios ambientais e criam mais empregos do que qualquer abordagem de gerenciamento

de resíduos:

A reutilização cria mais de 200 vezes mais empregos do que aterros e incineradores.

A reciclagem cria cerca de 70 vezes mais empregos do que aterros e incineradores.

A remanufatura cria quase 30 vezes mais empregos do que aterros e incineradores.

Resíduo zero é uma abordagem abrangente de gestão de resíduos que prioriza a redução de lixo e a recuperação de materiais, com o objetivo final de criar uma economia circular, reduzindo a eliminação de resíduos a zero. Em contraste, os sistemas baseados em descarte dependem da incineração (“resíduos em energia”) e aterros para lidar com a maior parte do fluxo de resíduos, resultando em custos econômicos e consequências ambientais mais elevadas.

Os sistemas resíduo zero não só criam mais empregos, mas também melhores empregos. Estudos mostram que empregos com resíduo zero vão além do trabalho manual básico, fornecem aumento de salários, oferecem mais empregos permanentes e uma melhoria da qualidade de vida.

As organizações de Catadores de Materiais Recicláveis – da qual faço parte – trabalham com a coleta seletiva solidária, na qual realizam campanhas de sensibilização junto à comunidade que separa os materiais e doa voluntariamente aos catadores. Este trabalho educa as pessoas e difunde o valor social dos resíduos que garante trabalho e renda para os profissionais da reciclagem, assim como a proteção do meio ambiente.”

Complemento falando de catadores, de cooperativas, coleta seletiva, coleta em três frações, coleta de orgânicos. Precisa ampliar mais e colocar mais os agentes, os catadores nas discussões. Vejo que tem muita gente fazendo muito discurso, ganhando muito dinheiro para fazer os discursos da energia limpa, mas não tem inclusão, não compartilham as informações com quem está na base. Acredito que, quem está na base, fazendo trabalho manual e o processo na prática precisa saber mais informações do que está acontecendo. De que maneira fazer isso? Por exemplo, estou aqui hoje. Vou sair daqui, tenho que trabalhar e fazer várias

outras atividades e tem muita gente ganhando aí, recebendo muito dinheiro para fazer os discursos, indo na contramão do que estamos fazendo. Estamos fazendo a coleta, estamos cuidando da saúde das pessoas.

Finalizando, estou no momento de dizer para os meus filhos - tenho quatro filhos - não se casem, não tenham filhos, porque não vamos ter água para beber, não vamos ter saúde, não vai ter políticas públicas para os pobres. Isso é muito ruim. Gostaria muito de estar no processo de discussão e que outras pessoas, outros catadores e mais mulheres possam também estar no processo discussão. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Muito obrigada, Valquiria. Você fez uma fala muito importante, muito relevante para nós da Bancada Feminista, por ser uma mulher, uma mulher negra, uma mulher que trabalha, não só trabalha, mas organiza os catadores. Essa é uma categoria que tem de ser muito valorizada, porque faz um trabalho de preservação e muitas vezes é criminalizado, discriminado pela nossa sociedade e até mesmo pelo Poder Público. A valorização dos catadores é fundamental para qualquer cidade que queira, realmente, se importar com o clima, com o meio ambiente. Muito obrigada, Valquiria, pela sua contribuição nesta audiência pública.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Serroni Pedrosa, Presidente da Amlurb. (Pausa)
Parece-me que não está presente.

Passo a palavra ao Sr. Leonardo, representando o mandato do nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. LEONARDO MAGLIO - Bom dia todos. Em nome do mandato do nobre Vereador Toninho Vespoli, parabenizo a Bancada Feminista pela audiência pública.

Gostaria de falar um pouquinho sobre a questão da emergência climática. Em 2019 cientistas do mundo inteiro declararam emergência climática e falaram sobretudo que a população mais pobre do planeta sofrerá consequências jamais sentidas antes. Será um sofrimento humano inédito - palavra colocada pelos cientistas. E agora, neste ano, tivemos o novo Relatório do IPCC que também colocou que se não fizermos as coisas com uma

velocidade maior, vamos ter problemas sérios relacionados a mudanças climáticas.

Pegando um gancho na fala da Professora Thais e do André, a questão da falta de integração em alguns aspectos dos planos, o PlanClima muito inovador, fundamental, mas a falta de integração com outras agendas, como Agenda de Mobilidade, de resíduos frente a uma questão que será um sofrimento humano inédito, precisamos ter um esforço maior da Secretaria, das Secretarias e da Prefeitura como um todo. É importante a Secretaria de Mudanças Climáticas estar no gabinete do Prefeito, mas acredito que a integração das Secretarias precisa ser maior, porque o problema realmente é muito sério.

O Comitê do Clima, por conta da pandemia, ficou muito tempo sem fazer as reuniões, agora está tendo essa reestruturação, mas ele precisa retomar o mais rápido possível, porque essas agendas precisam estar muito bem integradas. Vou dar alguns exemplos rápidos, para não atrapalhar a dinâmica da reunião. Por exemplo, um indicativo da falta de integração: a mobilidade ativa, o plano cicloviário prevê 673 km de ciclofaixas e o Plano de Metas da Prefeitura estabelece apenas 300 km. E não é falta de verba, porque um bilhão foi investido em questões de viário para automóvel.

Então, é uma questão de prioridade. Sabemos que mobilidade atividade, infraestrutura cicloviária, é, sim, um caminho para enfrentar as mudanças climáticas. Isso acontece no mundo inteiro, e percebemos isso na cidade de São Paulo ainda solto.

A construção de empreendimentos em cima de nascentes, a falta de reconhecimento das nascentes urbanas. Isso é evidente na Cidade. Temos problemas relacionados a isso na Cidade inteira. Posso citar a Praça das Nascentes, mas temos no Caxingui, na Cidade toda, isso é histórico, e precisamos estar com isso muito mais bem colocado no Plano Diretor.

A ampliação dos parques também ainda é muito tímida. Na época do Eduardo Jorge, saltamos de 33 para 106 parques. Agora, nessas últimas gestões, foram 3 ou 4 parques. Precisamos acelerar.

A questão da agricultura urbana foi muito bem citada pelo Eduardo. A questão da

Horta das Flores é uma das hortas mais antigas da Cidade. Temos a questão fundamental da habitação, mas vamos construir uma PPP da habitação em cima de uma das principais urbanas da Cidade? Não faz sentido nenhum. Preocupa-me muito essa falta de integração frente à questão das mudanças climáticas.

Para finalizar, anuncio que vamos fazer uma conferência, que é da Câmara Municipal. O mandato está ajudando a organizar, a partir de um projeto de resolução da Câmara, a Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas São Paulo, que ocorrerá no dia 25 de outubro, uma semana antes da Conferência de Paris. Traremos inclusive a Sra. Thelma Krug, que é Vice-Presidente do IPCC, para discutir essas questões de nascentes, córregos urbanos tamponados, mobilidade ativa, questões de saúde etc. Quem quiser acompanhar, é só seguir as redes sociais do mandato que nós vamos falar mais sobre isso. Obrigado pela palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Leonardo, pela participação, sempre presente, representando o mandato do Vereador Toninho Vespoli.

Passo a palavra agora ao nosso querido Toni Zagato, representante da Ciclocidade - Associação de Ciclistas Urbanos de São Paulo.

O SR. JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO – Obrigado, Sílvia. Bom dia a todos, todas e todes. É um prazer e uma honra estar nesta audiência pública, que é, na verdade, decisiva para definir a nossa existência para os próximos anos. Agradeço também a Ciclocidade, que me permitiu estar aqui na condição de representante. Estamos indo para o Conselho Municipal de Política Urbana.

Sou arquiteto e urbanista. Sou especialista em preservação ambiental e cultural. Começo fazendo uma pontuação, que vou até compartilhar no *chat*. Na verdade, é um lamento. Ao ser informado que o Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento não estaria presente hoje, fui conferir a agenda dele. E muito me espantou que, ao invés de estar em uma audiência pública para trabalhar da emergência climática, ele esteja – segundo informações da própria Prefeitura – se reunindo com o Comitê Gestor da SMUL composto unicamente por

homens brancos, ao que tudo indica heterossexuais, cisgêneros, integrantes ou associados ao mercado imobiliário para discutir justamente a agenda urbana da Cidade. Então, é muito curioso que, em um momento em falamos que a emergência climática e a necessidade de uma transição justa deve ser feita com equidade, a reunião do principal Secretário de Urbanismo talvez do Brasil esteja seja feita justamente com o mercado imobiliário neste momento, segundo o que consta.

É importante colocar que o que está em discussão é a saúde pública, fundamentalmente, pois não existirá sobre a terra vida, humana ou não humana, se continuarmos com esse tipo de tomada de decisão, de prioridade a determinados setores.

(Pausa) Está aparecendo um whatsapp na tela, acho que seria bom parar de compartilhar. (Pausa)

Em se tratando de transição justa, precisamos falar sobre as desigualdades que são tratadas de forma interseccional na análise de políticas públicas que nós temos hoje. E dentro da emergência climática, também temos que lembrar que os principais setores da economia – que são os principais emissores – são justamente a produção imobiliária e os transportes, por conta de suas emissões, como brilhantemente já foi falado pelos oradores que me antecederam.

Isso posto, temos que fazer a análise sobre como será a implementação, e não apenas a formulação desses planos, em função dessas contradições que estão presentes de forma dramática na cidade de São Paulo, que se estrutura até hoje sobre um modelo de mobilidade poluente, que incentiva o consumo de combustíveis fósseis e que, de forma alguma, pensa na pegada ecológica global. Ou seja: incentiva a mineração e produz resultados dramáticos de Mariana a Brumadinho, do Cerrado à Amazônia, e que reproduz externalidades negativas para toda a sociedade – dentro da Capital e fora dela.

Temos essa sucessão de planos e dados, que a ciência já vem produzindo. Temos o IPCC, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, um Comitê para os Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável. Acho que é aí que está centrada a contradição. Porque apesar de todos esses planos e essas formulações, o poder decisório continua concentrado no governo de plantão e naqueles agentes que são nomeados por esse governo de plantão - como evidentemente o Comitê Gestor da SMUL explicita -, que são aqueles aliados e que promovem as decisões ao longo do mandato, contrariamente aos próprios planos e formulações que já foram construídos muitas vezes com a participação popular, como é o robusto PlanClima e o Plano de Mobilidade.

Para enfrentar esse conflito e essa contradição estrutural, que é onde está o poder decisório por implementar, precisa haver uma mudança radical da política municipal, que não mesmo a nacional ou até mesmo global, como Greta Thunberg fala muito claramente, porque as pessoas que estão tomando essas decisões talvez nem estejam vivas quando tivermos que superar as consequências. Nesse sentido, eu gostaria de pontuar que uma mentira ou a falta com uma verdade repetida mil vezes não se torna verdade, assim como não foi a falta do uso de máscaras, defendida pelo Presidente da República, ou o fato de não querer tomar a vacina.

Nós na cidade de São Paulo continuamos com um modelo de urbanismo e de mobilidade de enfrentamento a terraplanista. Ele continua a reproduzir todas as exclusões e todos os padrões de exclusão, como racismo ambiental, que colocam na ponta da vulnerabilidade aqueles setores que já são historicamente vulnerabilizados e invisibilizados, como as mulheres, que usam mais os ônibus e andam mais a pé, e que não têm condições sejam materiais ou subjetivas, em função dos assédios que sofrem, para participar desse processo decisório, que continua restrito a homens brancos da elite, que, como o próprio PlanClima registra em sua página 79, representam 1% dos proprietários de imóveis da Cidade que concentram 25% dos imóveis com 45% do valor imobiliário, que somam 745 bilhões de reais – não mãos desse 1% na cidade de São Paulo – e dão uma média de 34 milhões de reais por pessoa.

Como é possível uma transição justa para a emergência climática que combata as desigualdades estruturais e a produção imobiliária ser conduzida por esse Comitê Gestor em

um processo que exclui a ampla população, como a Frente São Paulo pela Vida – da qual a Ciclocidade faz parte - vem denunciando? São essas pessoas - o 1% que concentra 45% dos imóveis dentro dessas entidades – que estão tomando efetivamente as decisões. Então, não há como se fazer uma transição justa dentro da emergência climática de São Paulo se esse poder decisório continuar concentrado e se tornarem audiências públicas ou Conselhos meramente um mecanismo pró-forma, de suposta participação.

Então, para fechar, queria colocar que nós temos uma contagem regressiva. Nós temos nove anos para fazer isso, como a nossa colega já informou. Nós não estamos aqui falando para daqui a quatro anos, num próximo mandato, seja na Câmara, seja no Governo Federal, seja da Prefeitura de São Paulo. Nós estamos aqui falando para já, e nós precisamos, com isso, transferir esse poder, para implementação, para o monitoramento de todas as decisões que já constam do PanClima e do plano de mobilidades sejam concentrados nos colegiados de participação paritária e representativo, do conjunto da sociedade de São Paulo. porque senão nós chegaremos ao final de um mandato, seja na Câmara, seja do Prefeito Municipal, repetido tudo o que já deveria ter sido feito, porque já consta em lei.

Nós continuaremos incentivando a indústria automobilística, que financia a imprensa, com grandes aparatos de propaganda capitalista e das campanhas eleitorais, sendo financiadas, com as pessoas que foram eleitas, defendendo os interesses, que francamente são insustentáveis para a vida na Terra.

Então, queria agradecer e reivindicar que o poder decisório, por fim, estejam nesses colegiados populares e não concentrados dentro da Prefeitura de São Paulo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, pela sua contribuição aqui, fundamental para a nossa audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Júlio Martinelli, representando o Sr. Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito.

O SR. JÚLIO MARTINELLI – Bom dia, nobre Vereadora. Parabenizo V.Exa. pelo

evento. Cumprimento todos os Vereadores e os Secretários presentes e colegas. Quando a gente fala em mudanças climáticas, a gente acaba falando sobre a questão do ônibus. A missão está sempre concentrada no ônibus.

Diante do PanClima, a gente tem várias situações em que estão ali e que são de execução. Então, a gente tem dois panoramas: a fase de planejamento, que o próprio PlanClima veio e trouxe, institucionalizou isso; mas agora a Secretaria de Mobilidade e Trânsito entra numa fase muito intensa, de execução do plano, não só do plano climático, do plano do PanClima, mas também de todas as outras ações que nós estamos fazendo em parceria com o Governo Alemão, com o Governo Britânico, por meio do Banco Mundial e com parceria com o Governo Chileno.

Enfim, são várias iniciativas, que inclusive são monitoradas pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais, a quem eu quero parabenizar, por todo esse incentivo, que tem nos dado um suporte muito importante, na conquista de como executar o PanClima. Então a gente entra agora, por meio do Comfrota, que é um comitê que estava com a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito; e agora esse comitê está ligado à Secretaria de Governo, por meio da Secretaria do Clima.

Então, ela entra agora num novo formato, num novo modelo de execução das ações propriamente ditas de renovação da frota, de execução do PanClima e de outras situações. Inclusive, a gente passa por uma situação bem interessante, com a parceria, com o Banco Mundial e com o Governo Britânico, com a questão gênero-raça na mobilidade. Então, a gente tem um grupo que agora se formou, já está há bom tempo trabalhando. Então, a gente tem representações de outras secretarias, da Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Relações Internacionais, que está tratando esse assunto com muita proximidade, com treinamento e capacitação. E a gente deve oferecer essa questão do transporte. É sobre os ônibus. Nós temos os desafios e já veio a pandemia. E a pandemia trouxe uma desaceleração do mercado industrial. Então as indústrias, por sua vez, diminuíram os seus trabalhos e houve uma retomada agora, nessa fase de segunda dose da vacina, houve uma suspensão inclusive

dessa obrigatoriedade, de cumprir o cronograma, que está previsto nos 32 contratos em que a SP Trans faz a gestão. Então, quero registrar a presença dos técnicos da SPTrans nessa audiência.

Todos os contratos passaram agora a entregar os relatórios anuais, Para a gestão 2020 agora, todas as empresas entregaram os relatórios de geração de emissão, são, que está previsto em lei, em todo dia 31 de março, e esses relatórios, por sua vez, foram avaliados foram avaliados pela equipe da SPTrans e agora segue para o Comfrota, para análise, validação, aprovação, divulgação e publicidade, por meio dos próprios representantes e possivelmente isso será passado por audiências públicas também.

Então, nessa questão, a gente tem o desafio do mercado, em atender à demanda da cidade de São Paulo. A gente tem uma previsão, no plano de metas, de mais de dois ônibus a serem entregues até 2024. Então, essa é uma missão que o próprio Prefeito Ricardo Nunes, a nossa secretaria e a Secretaria de Governo estamos trabalhando, junto com a Secretaria da Fazenda inclusive, em questões jurídicas e financeiras, para que possamos trazer o resultado aceito no mercado chinês e do mercado europeu e o mercado nacional, referente ao atendimento da frota, do quanto precisamos.

Qual é a capacidade do mercado, em oferecer uma frota elétrica, à bateria, levando em consideração a geração do próprio resíduo que vamos ter, no futuro, com relação às baterias? Então, a gente tem que ter uma garantia, de que o mercado, de que a política reversiva seja atendida, para que a Cidade não tenha uma absorção da questão elétrica, mas também uma absorção da questão da bateria no futuro, quando houver o desgaste dela. Então, são todas essas preocupações que estão sendo levadas em consideração pelas nossas equipes. É legal que a gente tenha um trabalho intenso. Nós tivemos recentemente esse trabalho junto com o Governo Chileno, que tem uma similaridade nessa questão de entrada em circulação de veículos elétricos num outro momento do Governo Chileno.

Diante disso, vejo que o desafio agora é a gente dar um formato, como o Sr. Secretário Fernando Pinheiro comentou, de colocar em execução os planos. Então é um

trabalho que a gente teve muita intensidade no planejamento. Eu vejo isso pelos colegas que estão aqui presentes e das entidades, nessa ansiedade natural de que é execução. Então, não é uma ansiedade isolada, mas em nós também, enquanto Secretaria de Mobilidade e Trânsito.

Então, agora a gente entra numa fase de execução. O que se transformou nisso? A gente teve o comitê formado por muitas pessoas de Planejamento e agora, nessa reformulação que houve, da política do Comfrotas, dos membros do Comfrotas, nós reformulamos com pessoas mais de execução. Então, agora a gente entra, com certeza, numa fase de apresentação de resultados. Então, acho que a sociedade quer saber quantos ônibus nós vamos ter até dezembro de 2024, qual é esse cronograma, quais serão as prioridades e como o mercado está atendendo a essa ansiedade, que não é só de São Paulo. Outras capitais também estão correndo atrás do mercado e da indústria.

Então eu vejo que quanto ao desafio do ônibus, nós estamos contando inclusive com o apoio e com o trabalho do apoio e com o trabalho da Câmara Municipal. Algumas questões devem passar por questões de regulamentação, que devem ser levadas em consideração.

Nesse aspecto do ônibus, a gente deixou claro outras questões que a gente tem que levar em consideração. A questão da redução do CO2 não está isolada na questão do ônibus, sob gestão da SP Trans e da municipalidade; e sim a todos os caminhões, ônibus e principalmente veículos escolares, que circulam na cidade de São Paulo.

Então, o desafio é muito maior do que os nossos quatorze mil ônibus que temos hoje na frota. A gente tem que tratar como vai ser o mercado logístico, dentro da cidade de São Paulo, até 2030, como que as indústrias, como que as empresas alimentícias, enfim, o setor da produção está trabalhando essa questão, porque a lei é ampla. Abrange toda a questão de frota de caminhão e ônibus que circulam na cidade de São Paulo. A gente tem interface com a Secretaria do Transporte Metropolitano do Estado de São Paulo. Então, os desafios são inúmeros e a missão que temos hoje, na secretaria, é por meio do nosso Secretário Ricardo Teixeira. É a visão de execução dos planos. Essa é a missão que foi nos dada e, como técnico

da Assessoria Técnica, a gente tem uma equipe que está trabalhando em cima disso, com muita responsabilidade e muito trabalho e empenho.

A gente vê a questão do plano cicloviário, que foi questionado. Há a questão do gênero, que também foi questionado. Existem ações, dentro da secretaria, que estão caminhando. A gente tem outros comitês que tratam dessa situação, mas um grande foco nosso aqui hoje, na discussão, é um pouco do desafio do Comfrota, que é o comitê gestor do programa de acompanhamento e substituição da frota por alternativa mais limpa. Foi criado, em 2018, e vem hoje a composição de secretarias da Prefeitura. Há entidades de representação do mercado produtivo, das questões ambientais, enfim, agências reguladoras, Universidade de São Paulo e a Unesp.

Hoje a gente entra numa fase de execução. Nós colocamos, aqui, à disposição, a nossa equipe para tirar eventuais dúvidas e convidar vocês para participar do próximo Comfrota, que vai se realizar no próximo dia 19 de outubro, às 10h da manhã, vai ser convocado através do CeClima.

E outro aspecto que devemos levar em consideração na questão do CO² é o trabalho que tem sido feito junto com a USP e junto com o Banco Mundial referente ao parque semafórico de São Paulo que estuda não só a modernização da nossa estrutura semafórica, mas também a questão da priorização do pedestre, bem como esse equilíbrio entre os pedestres e os veículos.

Quero deixar meu agradecimento ao convite, Vereadora Silvia, obrigado também a todos os Vereadores presentes, estou à disposição, e deixo um abraço para o Secretário Ricardo Teixeira, que esteve, hoje, em outra atividade e não pode participar aqui conosco. Mas fica o agradecimento. Também sou grato à presença de todos, aos colegas da CET, e da SP Trans e todas as entidades presentes. Obrigado e bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sr. Júlio Martinelli, representando o Secretário Municipal de Mobilidade Ricardo Teixeira que, inclusive, estava conosco até outro dia como Vereador da Câmara Municipal.

E, antes de chamar o próximo inscrito, gostaria de dizer que há um pedido do Sr. José Armênio para que o Plenário esclareça a todos que o Secretário Adjunto, no caso ele, representa o Secretário Titular, no caso o Sr. Cesar, com o mesmo peso e significado. É um esclarecimento a pedido do Sr. José Armênio.

E agora passo a palavra ao Sr. André Luzzi.

O SR. ANDRÉ LUZZI – Bom dia. É muito interessante ouvir todos vocês, quase nos últimos momentos da audiência o que me recorre muito à nossa celebração na semana passada do Centenário do Paulo Freire. Muito se falou e até se difundiu uma das frases dele que diz: “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja tua própria prática”.

Infelizmente, ao olharmos o clima, não olhamos essa coerência. A gente não enxerga, não consegue ver materializada essa coerência, porque, muitas vezes, ela está muito mais no campo da demonstração, daquilo que a gente precisa apresentar às cobranças do mercado, às cobranças dos organismos internacionais, mas não uma mudança de paradigma que coloca conviver num ambiente equilibrado como um direito, é ainda colocar essas mudanças climáticas como uma urgência, uma emergência, e que ela tem uma correlação com todos os demais direitos.

Se hoje nós estamos convivendo com uma volta avassaladora da fome não é possível imaginar que as mudanças climáticas não tenham uma relação direta com o aumento da fome.

E nós estamos vendo que na construção do Plano Municipal de Climas não foi consultado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Não se discutiu profundamente na Caisan, que é a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional.

Assim, entendemos que é fundamental esse diálogo institucional. Se ouvíamos, no começo, a necessidade de pensar uma governança para implementação do plano, é essencial que colhamos as contribuições e façamos uma convergência dos diferentes planos existentes

na cidade. Estamos indo para o segundo Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

E daí muitas pessoas vão imaginar que como está no Plano Diretor Estratégico que apenas criar a zona rural da cidade de São Paulo está satisfeita essa discussão sobre a alimentação, agricultura e mudanças climáticas, parcialmente. Porque, vejam, quando nós discutimos transporte, está diretamente relacionada à garantia da soberania da segurança alimentar e nutricional.

Quando nós discutimos como está distribuído na Cidade o conjunto de mercados, supermercados, públicos e privados, nós estamos falando fundamentalmente nos usos da Cidade e como as pessoas podem ter acesso a alimentos saudáveis e de qualidade. Portanto, temos de reorganizar esses paradigmas e tirar essa concorrência entre um direito e outro.

É verdade que nós precisamos de Habitação de Interesse Social, mas dizer que nós vamos construí-la num espaço que tem sido utilizado, historicamente, para plantio, para espaços de hortas públicas, não quer dizer que não exista a necessidade dessa competição entre direitos. Ou designar uma área da Cidade para Habitação de Interesse Social e desconsiderar a necessidade de espaços de Educação, espaços de parques públicos.

Daí a necessidade de nós reafirmarmos a urgência do Parque do Rio Bexiga, que formou um espaço que agrega diferentes vocações na Cidade, tais como: a renaturalização do Rio Bexiga, o convívio comunitário, a autogestão desses espaços, e outra vocação desses espaços todos que é o acesso à cultura, à cultura popular, à cultura que o conjunto da população pode usufruir e fazer seu cultural.

Temos ainda dois elementos, também fundamentais para dialogar com o Plano Municipal de Mudanças Climáticas. O Pacto de Milão para uma política de alimentação urbana e a agenda Organização das Nações Unidas para uma política alimentar urbana. Esses dois documentos internacionais não dialogam, não estão dialogando hoje com o Plano Municipal de Climas e é necessário, nesse momento, fazer uma adequação para convergir, também aqui, esses dois instrumentos internacionais.

Por fim, algumas sugestões: criar uma metodologia popular de acompanhamento do Plano Municipal de Climas; criar, na Frente Ambientalista, esse Comitê Popular, com as diferentes vozes, os diferentes conselhos, as diferentes câmaras técnicas; criar um indicativo de como aperfeiçoar Peça Orçamentária para realização das diferentes metas previstas e também aquelas que já estão nos demais planos; para ampliar essa melhor coerência entre o que está no documento de Planejamento e Gestão e aquilo que a população necessita.

Obrigado. Devolvo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigado, Sr. André, pela sua contribuição. Estivemos recentemente contigo e também com outros parceiros do Teatro Oficina, na defesa do parque do Bixiga.

Agora passo a palavra ao Sr. Ivan Maglio, que é do Fórum Verde.

O SR. IVAN MAGLIO – Bom dia a todos. Agradeço o convite da Bancada Feminista, Vereadora Silvia, bem como a todos da Câmara Municipal, por essa audiência pública. Sou membro do Fórum Verde e estou falando como representante. Também sou pesquisador e colaborador do Instituto de Pesquisas Avançadas da USP Cidades Globais.

Eu trabalho justamente com essa área, por isso, eu queria avaliar um pouquinho o Plano Clima iniciando pelo fato de que a cidade de São Paulo começou pela política de mitigação, ou seja, uma série de metas que não foram cumpridas a partir de 2009, inclusive, foi refeita uma lei, em 2018, para melhorar o atingimento de metas de redução de carbono, mas continuamos não cumprindo essas metas.

Os próprios indicativos dos estudos que o Plano Clima complementou para a questão da mitigação mostraram que continuamos com emissão dos transportes e com emissão de energia crescentes, ou seja, estamos com um plano de mitigação e superatrasados em relação à adaptação. Aliás, começamos muito tarde a questão da adaptação numa cidade que já enfrentou uma crise de água duríssima em 2014, a ponto de alguns falarem, inclusive, em transferir populações e coisas do gênero.

Então, estamos extremamente atrasados, embora tenhamos de parabenizar a

equipe da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e os técnicos que desenvolveram já em posições e questões difíceis, o plano climático. É em homenagem a eles que conseguimos valorizar alguns aspectos. Há outros, porém, que não dá para valorizar.

Em relação ao plano há coisas um pouco defasadas. Por exemplo, as previsões de riscos que estão lá são riscos baseados em estudos de 2011. Mesmo assim, ultracríticos.

Nós temos 25% de áreas de risco de inundação e enchentes na Cidade e quase, 2,15% de áreas urbanas com risco de escorregamento na região metropolitana. Diretamente na cidade de São Paulo, 470 pontos de áreas de risco de escorregamento com populações morando nessas áreas e 700 pontos de inundação. O Plano Climatas não trata de como vai enfrentar isso e, por isso, a minha fala é, assim, bastante grave. E mais: o próprio Plano aponta que esse número vai crescer, todas essas áreas vão aumentar. Por outro lado, não foi feito um investimento da Prefeitura para ajudar esse Plano no sentido de um mapeamento atualizado das áreas de risco, apesar de a equipe dizer que elas vão aumentar substancialmente.

É uma situação em que já temos crise climática na Cidade, cuja média de temperatura é de 2,3 graus centígrados a mais que a média geral anterior, e há previsões de chuvas intensas em períodos muito pequenos, mas concentradas, com cem milímetros, com risco de agravar muito essas áreas de risco. É um cenário em que a avaliação ainda não usou os métodos mais avançados, como modelagem de clima atualizada; apenas usou o que já existe, apesar de ser uma cidade vanguarda. São Paulo não poderia estar tão atrás e não ter feito o mapeamento das áreas de risco atualizado com modelagem dessa nova situação de risco. Por isso, o que já é grave vai ficar ainda mais grave.

O Plano também aponta corretamente que a questão dos riscos combina com a questão da vulnerabilidade social. A maior parte das populações que vão sofrer nessas áreas são populações de baixa renda, com situações extremamente carentes do ponto de vista social. É um quadro em que o Plano deveria estar atualizado. Daí a importância de se ter um plano rápido de atualização, mas o principal é que essas metas para atacar ou priorizar essas áreas de risco não estão apresentadas. Eu gostaria até de registrar que deveria estar presente

nesta audiência a Defesa Civil, que é o grande ator que faz o trabalho nas emergências. Melhorar esse sistema de Defesa Civil e dar condições para ela trabalhar com esse enorme número de áreas de risco é fundamental, porque é o setor operacional do Plano Clima e não pode estar defasado e desligado desse sistema.

Em relação às políticas públicas, reafirmo que a articulação é precária entre as políticas públicas e o Plano Clima, que tem alguns pontos do PDE – Plano Diretor Estratégico, mas ainda insuficientes. A questão da Defesa Civil é outra, e há outras articulações que já foram mostradas. No caso do PDE, eu queria falar sobre o fato de nós estarmos passando novamente por uma crise hídrica, que exige que a Cidade seja mais resiliente. A resiliência da água é uma questão fundamental para São Paulo. Eu estudei as cidades mundiais, e São Paulo e a Cidade do México são metrópoles, quase megalópoles, que enfrentam e vão enfrentar problemas de calor e de escassez hídrica cada vez mais intensos.

Tudo sobre a rede hídrica ambiental e a estrutura verdade na Cidade que está no Plano Diretor Estratégico, desde 2002 e no de 2014, está defasado no Plano em relação à prioridade política de implantação. Não digo que não esteja lá, está, ainda bem, mas a implantação é lenta, sem recurso. Basta dizer que o recurso da Secretaria do Verde e Meio Ambiente não chega a 1% do orçamento, como pleiteia o Fórum Verde.

Outras questões já foram apontadas, mas a questão da legislação urbanística praticamente não reconhece a água na Cidade, as nascentes, os córregos. Foi falado corretamente pelo próprio Secretário Adjunto, mas isso não está no Plano Diretor, e temos que corrigir. A questão da água como uma regra normativa que protege nascentes, rios e prepara a Cidade para aumentar a sua resiliência da água está bastante insuficiente tanto no Plano Clima como no Plano Diretor. Por isso, nós precisamos melhorar muito esse aspecto.

Sobre a questão das metas, o PSA – Pagamento por Serviços Ambientais ainda mantém diálogo com o PDE, está no PDE, e é importante isso, mas ainda precisa ser implementado na Cidade. Outro aspecto importante que tem a ver com essa articulação é que a questão de redução da Outorga Onerosa para empreendedores que tenham procedimentos

construtivos sustentáveis e tecnologias mais limpas e sustentáveis também não foi implementada. Além disso, as metas da Lei de Mitigação, de 2018, também não estão implementadas. A última notícia que tive é que há apenas 2% de ônibus elétricos, com combustíveis limpos. Então, ainda estamos muito distantes.

Em relação às falhas do Plano, eu reputo que essa não atualização da modelagem climática e do mapeamento dos riscos está um pouco aquém das necessidades de uma cidade como São Paulo. Por isso, é necessário melhorar, apesar de que ele aponta e trabalha com um dado histórico da Cidade, que são essas inúmeras áreas, as 407 áreas de risco de escorregamento e as 700 de inundações, que é o dado que nós temos.

O relatório do Plano prevê aumento dos dias secos, de seca meteorológica, em 34%, com uma ampliação enorme dos riscos, como a professora Thais explicou, de saúde pública, de pessoas mais velhas que vão sofrer com dias muito quentes. Por isso, a Cidade precisa se preparar. Não há no Plano Clima uma medida para enfrentar situações sociais, por exemplo, em certas áreas que são ilhas de calor, para melhorar a questão da resiliência, do plantio etc. e, quando há algumas, elas não entram na agenda, como é o caso do Parque do Bixiga, que está numa das áreas mais críticas da ilha de calor, onde nós precisamos implementar e ampliar o número de árvores e infraestrutura verde. Ainda há uma resistência.

Também há a questão de um monte de áreas de nascentes, que também é o caso do Bixiga, mas de outras que estão sendo completamente atrasadas ou maltratadas por uma legislação que não reconhece esse aspecto crítico da resiliência da água. A questão das metas precisa ser alterada para que o Plano deixe de ser, como já foi dito aqui, um plano que lança outros planos e se amarre neles. É claro que deve haver essa integração, mas, se nesses outros planos não está tendo plantio no Plano de Arborização, não há a questão da água bem tratada no Plano Diretor e não estão implantados parques, infraestrutura verde na velocidade necessária, essas metas ficam aquém da realização e sobram apenas diretrizes.

Outro aspecto é que o Plano tem muito ainda de um Plano de Diretrizes e não de ações concretas – e vou concluir falando um pouco disso. O Plano aponta algumas diretrizes

muito importantes, mas ele, por exemplo, cita exatamente isto que eu falei: mapeamento de zonas críticas inundáveis, adotando-se a perspectiva de ocorrência de eventos extremos. Claro, nós temos que fazer isso de uma maneira urgente e temos que incorporar tudo isso na Lei de Uso e Ocupação do Solo, mas nós já temos essas áreas de riscos, que devem estar reconhecidas e articuladas com a Lei de Uso e Ocupação do Solo. A inclusão dessas áreas críticas para controle, cuidado e atenção na Lei de Parcelamento e Uso do Solo é um dado fundamental e importantíssimo para estar entre as diretrizes, mas vai ser uma tarefa a ser enfrentada logo mais pelas revisões da legislação urbanística.

O Plano também cita o fortalecimento do sistema de defesa civil e fala de uma forma muito intensa sobre a promoção gradativa das frotas, como já foi citado, de ônibus municipais, além da garantia de cem por cento da frota da Prefeitura ter emissão zero até 2040. Porém, nessa velocidade e sem definição de prazos, de regas, de medidas para essas ações, fica difícil superar essa situação de apenas diretrizes. Por que a gente está dizendo isso? Porque é muito importante, finalmente, depois de 11 ou 12 anos de política de clima, ter um plano de ação, de adaptação climática, mas ele ainda é um plano de diretrizes. Não amarra dessas, por exemplo, daquilo que citei que são as inúmeras áreas críticas de inundação e de risco de escorregamento onde mora a população socialmente vulnerável de São Paulo.

Então, entrar nesse aspecto o plano ainda não entrou. É fundamental que entre e programe ações para que a gente se sinta um pouco mais confiável de que a política pública vai mesmo trabalhar com a emergência climática como se deve.

Obrigado a todos. Fico por aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Ivan, representando o Fórum Verde. Muito agradecida pela sua contribuição. Ajudou bastante na nossa audiência.

Queria chamar agora a Ana Pinho, da Coalizão pelo Clima.

A SRA. ANA PINHO – Bom dia.

Faço parte da Coalizão pelo Clima que é uma articulação da sociedade civil que

envolve movimentos, organizações e indivíduos e faz diversas frentes de ação contra a crise climática. São vários eixos.

Antes de entrarmos na questão do PlanClima que envolve a Coalizão também, gostaria só de começar lembrando, como alguns colegas, que o último relatório do IPCC nos deu um aviso de urgência ainda maior – se é que precisávamos de mais gastrite – de que corremos o risco de ultrapassar um grau e meio até 2030, que é 10 anos antes do que tinham previsto, três anos antes de sair esse relatório, ou seja, se a gente for fazer a conta, temos cerca de oito anos e três deles serão passados sob a gestão do atual Prefeito Eduardo Nunes.

Por isso fico satisfeita em ver, pela primeira vez, e conhecer o Secretário Pinheiro Pedro, porque acredito que uma cidade do tamanho de São Paulo que é do tamanho de alguns países, a criação de uma secretaria executiva específica para isso é bem-vinda, mas precisa ser casada com o senso de urgência que só pode ser dada através desse diálogo constante e direto entre a sociedade civil e o poder público já que tem muitos *stay colders* e pressões que cercam as mudanças estruturais em uma cidade deste tamanho.

Então, também não podemos ser ingênuos de achar que em São Paulo sendo a São Paulo que é, de vez em quando, trocar uma ideia vai ser o suficiente para a gente fazer frente aos outros interesses que rondam a Cidade tão lucrativa. Então é um prazer conhecer todo mundo que está aqui, especialmente o Sr. Secretário. Espero que a gente se fale muito nos próximos meses.

Para falar um pouco sobre a Coalizão e a conexão com o PlanClima, no dia 20 de setembro que a Bancada Feminista tornou o Dia Municipal de Luta contra as Mudanças Climáticas, foi escolhido em homenagem a greve global pelo clima, que a gente ajuda a organizar em 2019, no dia 20 de setembro. Participaram cerca de 15, 20 mil pessoas. O número exato a gente nunca vai saber, mas é considerado o maior protesto socioambiental que tivemos no Brasil. Esperamos que seja só o começo.

Logo depois dessa greve, receberemos um contato da Secretaria do Verde perguntando se gostaríamos de participar da elaboração do PlanClima, mas visto que a

Coalizão é horizontal, trabalha por consenso e o PlanClima já estava bastante avançado e nas condições que nos foi oferecida essa colaboração consideramos que não seria verdadeiramente uma participação e optamos por apenas acompanhar o lançamento do PlanClima, que foi atrasado em cerca de um ano e aí saiu finalmente em maio deste ano. Já estávamos acompanhando e perguntando quando saia e tinham nos dito, no passado, que iria haver um cronograma de audiências públicas divididas por zonas da Cidade, a princípio, para que esse plano pudesse ser apresentado para a população.

Pensando nisso, na Coalizão criamos uma ação chamada de SP Pelo Clima chamando um monte de pessoas interessadas, inclusive algumas dezenas de conselheiros participativos, para que pudéssemos atuar, realmente, em uma frente de educação climática porque as pessoas em São Paulo têm o direito de saber que isso vai afetá-las e têm o direito de conhecer o PlanClima.

Ainda estamos no aguardo desse cronograma de audiências públicas. Entendo que a CeClima está em fase de estruturação, então, aproveito para perguntar se esse cronograma vai sair em breve ou se algo mudou nesse sentido.

Ouvindo as falas e a do Secretário-adjunto de Urbanismo que falou que hoje vai ter uma agenda, uma reunião que vai relacionar o Plano Diretor e o meio ambiente. Entendo que em uma estrutura como a da Prefeitura, falamos hoje que o meio ambiente e a agenda climática está presente, mas vem a minha principal mensagem que vai de encontro ao que a professora Taís falou que é o clima e o “meio ambiente” e a “natureza” não são mais uma pitada, um toque, elas têm de ser o norte. A política climática tem de ser um norte, não tem jeito.

Lendo o PlanClima, uma vez que ele saiu, uma coisa ficou clara neste ano específico que para ele ser realmente tirado do papel tal como ele está, enfim, sei que ele não atende tudo o que queríamos, mas para ele poder ser tirado do papel precisa entrar no Plano Diretor porque muitas das metas que estão ali se não forem contempladas no Plano Diretor já nascem defasadas, já nasce na gaveta.

Então, precisamos sair dessa lógica de que meio ambiente como algo adicional e colocar o mundo natural, que é o mundo verdadeiro, na base das coisas.

Meu questionamento principal que trago hoje é: como garantir que isso aconteça já no Plano Diretor, que é a nossa primeira frente de batalha para garantir essa resiliência, essa adaptação, essa mitigação em São Paulo.

Temos, como mencionado, um mundo de financiamentos, parcerias e colaboração que está esperando cidades do porte de São Paulo, com a capacidade de São Paulo, puxarem a fila para se tornarem as cidades do futuro ou no mínimo cidades sobrevivíveis. O que temos visto são tentativas de mudança de uma forma incremental – agora a gente faz desse jeito, agora a gente faz desse outro jeito – então, é chegada a hora de termos coragem e cogitar mudanças radicais e não só adaptar ideias anteriores. Já se fala muito em ter coragem climática para os líderes, sejam do mercado financeiro, imobiliário, enfim, de setores do capitalismo, até porque essa radicalidade vai acontecer de uma forma ou de outra. A escolha é se somos nós, humanos, que vamos estar no comando dessas mudanças radicais ou se vamos sofrer essas mudanças radicais.

É importante martelar nisso porque os cientistas falam agora e os especialistas em políticas públicas falam que essa é uma situação sem precedentes. A única comparação que as pessoas conseguem fazer em escopo é o esforço de guerra feito durante a II Guerra Mundial. Então, acho que falta esse nível de senso de urgência. A incrementalidade não vai dar conta do recado.

Quando olhamos o cenário de São Paulo de forma mais realista, ficamos oscilando entre um otimismo comedido por audiências públicas como esta, por tanta gente que está trabalhando com essa pauta e que segue otimista; e também um pessimismo de cunho mais prático – vamos lidar com o que tiver ou não vai dar tempo. A exemplo disso, como disse a Valquiria, é relevante falar que eu, que tenho 30 anos, não planejo ter filhos porque não vamos ter um futuro bom o suficiente para justificar isso para eles nesse instante. Então, se talvez a natureza em si não fale o suficiente para os *stay colders*, talvez a biopolítica fale um pouco

mais.

Não é que falte conhecimento para a gente, que falte talento, estrutura, o que sabemos é que falta coragem de tentar as coisas de um jeito novo como estes tempos pedem. A sensação que temos é que estamos nos contentando com muito pouco em troca de meia dúzia de prédios novos em Pinheiros e Santa Cecília, mas a conta vai chegar de um jeito ou de outro.

Reforço que gostaria de saber da Secretaria de Clima qual é a agenda e o cronograma dos próximos meses. Vai haver audiências públicas para que possamos nos organizar?

Para finalizar, vou citar uma frase famosa da indígena canadense Alanis Obomsawin: “Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver sido poluído, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que dinheiro não se come”. Seguimos cortando árvores, já poluímos todos os nossos rios, nem dá para pescar mais peixe em São Paulo. Então, falta entendermos que dinheiro não se come.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Ana Pinho, representando a Coalizão pelo Clima.

Passo a palavra ao Sr. João Antonio ou outro representante que esteja presente representando o Tribunal de Contas do Município. O Sr. João Antonio ou outro representante do Tribunal de Contas do Município está presente? (Pausa). Acho que não.

Pergunto, então, se algum dos meus colegas Vereadores, que estiveram aqui presentes durante a audiência querem fazer uso da palavra. Vereadora Ely Teruel, Vereador Antonio Donato, Vereadora Cris Monteiro? (Pausa)

Então, vou chamar, agora, as pessoas que foram inscritas pelo site. A primeira inscrição é da Sra. Maria das Dores Lima, participante da Rede das Agendas 2030 São Paulo. (Pausa)

O segundo é o Sr. Eduardo Merheje Júnior, participante do Centro Democrático dos

Engenheiros.

O SR. EDUARDO MERHEJE JÚNIOR – Bom dia.

Eu vou ser rápido porque fica difícil um tema tão complexo, mas eu queria iniciar pela fala do Pinheiro Pedro que define uma situação prática: a resiliência em todos os fatores que interferem no meio ambiente. Na prática, se formos verificar, não existe nada sem a água e reflorestamento. São fundamentais nesse processo. E, nesse sentido, eu queria dizer que as matas ciliares são importantes, árvores de grande porte – que, inclusive, a Thais alertou -, e que, no Plano Diretor da Cidade, em 2004, nós já tivemos a definição de parques lineares e caminhos verdes, que foram, inclusive, mapeados. Mas isso daí não vingou. Então, eu queria deixar como alerta esse processo.

O MapBiomias tem uma relação já bem definida desde 1985. Nas últimas três décadas o país perdeu 15,7% de água de superfície. São 31 mil quilômetros quadrados. Em São Paulo, a ocupação das margens de rios e córregos excluíram a vegetação ciliar. E essa vegetação é importante para que tenhamos realmente modificação no clima, e sem a água. E eu tenho feito um trabalho em relação aos lagos do Ibirapuera, aos lagos da Aclimação. Se vocês verificarem, a fauna nem consegue sobreviver nesse estado químico desses espelhos d'água, em vez de termos lagos de verdade como tínhamos no passado. E vemos, também, que a água, que realmente alimentava esses lagos, está indo diretamente a 80 metros do Viveiro Manequinho, no Parque Ibirapuera, está descendo ali pela Afonso Brás e descarregando diretamente no Rio Pinheiros e conseqüentemente depois no Rio Tietê, com o argumento de despoluição. Por que a água não é aproveitada primeiro no planalto da Cidade para depois descer? Então, fazem um projeto em que onde deveríamos ter árvores de grande porte na Marginal Pinheiros, temos secado, cada vez mais, tamponado os nossos córregos, evitando a evaporação, mudando o regime de chuva, dependendo de ventos, os ventos mais propulsores.

O que mais que eu posso falar? Na Cidade, trocamos a mobilidade da água pela mobilidade no trânsito. Este é um fator real. Nós realmente fizemos isso e ao tamponarmos

esses córregos, diminuimos a superfície de água, evaporação, regime de chuvas e ventos que fazem aquela chuva cair em algum local. Então, nós, no meu entender, quando criticam as hidrelétricas, acho que devemos pensar um pouco mais nisso, porque hidrelétricas não são apenas geração de energia. Nós temos a piscicultura, vários outros elementos que dão suporte a essa situação.

Bom, acho que fico por aqui. Eu sou representante o Centro Democrático dos Engenheiros, uma entidade que praticamente se tornou o meu blog, e quem quiser saber mais desse processo é só consultar na busca do Facebook @cde.saneamento.abastecimento, e tem lá outros temas também que eu faço questão de participar de forma bem clara com todos vocês.

Muito obrigado pela atenção e estou à disposição. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Eduardo, por sua participação em nossa audiência.

Chamo, agora, a Cecília de Almeida Andrade Arruda. (Pausa) Acho que não está.

Agora, chamo a última inscrita, que é a Vânia Tadeu Paccico, participante do Departamento de Educação – Avante. (Pausa) Também não está.

Então, agora, nós vamos passar para o nosso encerramento. Eu vou chamar a Covereadora Dafne Sena e, em seguida, eu vou fazer o encerramento oficial da nossa audiência.

Então, com a palavra, agora, Dafne Sena.

A SRA. DAFNE SENA – Obrigada, Silvia.

Então, primeiro quero agradecer novamente todo mundo que veio e participou da audiência, fez contribuições; a todos os representantes do Poder Público que ouviram, que tomaram tempo do seu dia para ouvirem essas contribuições.

Por causa do avançado da hora, o nosso mandato se compromete a pegar todas as dúvidas que foram trazidas aqui e levá-las aos representantes a quem elas foram direcionadas e fazer uma devolutiva aos movimentos. Então, tanto em nossos canais de comunicação direta

quanto em nossos canais de comunicação nas redes, nós vamos trazer as respostas para essas dúvidas, mas também o nosso mandato encaminha parte desta audiência pública, o compromisso de reunir todo o conteúdo que foi transmitido aqui, todas as sugestões que foram colocadas, reunir tudo isso em um documento e submetê-lo ao Secretário Executivo Antônio Fernando Pinheiro Pedro, para que possamos começar um diálogo de enriquecimento e de melhoramento do PlanClima. Achamos que o PlanClima não deve ser algo estático e fechado, absolutamente. Acho que ele está e deve estar aberto a contribuições. Então, o nosso mandato se responsabiliza por juntar todas essas contribuições aqui, se manter em diálogo com todo mundo que contribuiu, para enriquecermos esse PlanClima e conseguirmos construir algo que verdadeiramente faça a diferença, mesmo que não material, no tamanho da crise que vivemos, mas que, pelo menos, seja uma experiência que possa impulsionar tantas outras.

Eu agradeço novamente todos que estão aqui. agradeço a diversidade que foi esta audiência. Acho que conseguimos demonstrar que falar sobre clima é falar sobre alimentação, é falar sobre transporte, é falar sobre todos os aspectos da vida humana, porque todos eles vão ser afetados quanto mais essa crise se aproximar de todos nós. Então, muito obrigada. Eu agradeço aos representantes do Poder Público – Pinheiro Pedro, José Armênio -, e todos os demais que estiveram aqui e nos ouviram. E continuamos em diálogos sobre esse tema, para melhorarmos o PlanClima.

Eu passo, agora, a palavra para a Silvia para que faça o encerramento oficial, e desejo a todos uma boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Dafne. Então, agradecendo a todas, todos e todes que estiveram presentes, que contribuíram, tanto do Poder Executivo, os representantes do Poder Executivo, quanto também da sociedade civil, dos movimentos em defesa do meio ambiente. Agradeço ao Secretário Pinheiro Pedro, que pode ficar presente o tempo todo em nossa audiência.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa tarde.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
